

**RELATÓRIO DE EXECUÇÃO  
ORÇAMENTAL**

**2º TRIMESTRE 2015**

**INDICE**

<b>1. CARACTERIZAÇÃO ATUAL</b>	<b>5</b>
<b>1.1. RECURSOS HUMANOS</b>	<b>5</b>
<b>1.1.1. FORMAÇÃO</b>	<b>5</b>
<b>1.1.2. FISCAL ÚNICO</b>	<b>5</b>
<b>1.2. BENEFICIÁRIOS DE HABITAÇÃO SOCIAL</b>	<b>5</b>
<b>1.2.1. RECEITA E RENDAS</b>	<b>6</b>
<b>1.2.2. CONDOMÍNIO</b>	<b>7</b>
<b>1.2.3. DÍVIDAS</b>	<b>8</b>
<b>2. ÁREA SOCIAL</b>	<b>12</b>
<b>2.1. INTERVENÇÃO SOCIAL</b>	<b>12</b>
<b>2.1.1. PEDIDOS DE PROCURA DE ALOJAMENTO</b>	<b>12</b>
<b>2.1.2. ATRIBUIÇÕES</b>	<b>13</b>
<b>2.1.3. ATENDIMENTOS</b>	<b>14</b>
<b>2.1.4. ACORDOS REALIZADOS</b>	<b>15</b>
<b>2.2. OUTRAS ATIVIDADES</b>	<b>16</b>
<b>2.3. PROTOCOLOS</b>	<b>17</b>
<b>2.4. ATIVIDADES SOCIALMENTE ÚTEIS – ASU</b>	<b>17</b>
<b>2.5. PROGRAMA MUN-SI</b>	<b>17</b>
<b>2.6. VISITA A ACAMPAMENTO</b>	<b>17</b>
<b>2.7. REGULAMENTO DE ATRIBUIÇÃO E GESTÃO DE HABITAÇÃO SOCIAL</b>	<b>17</b>
<b>2.8. TRANSFERÊNCIA DE FOGOS MUNICIPAIS</b>	<b>17</b>
<b>2.9. CANDIDATURA CEI+</b>	<b>18</b>
<b>2.10. PROJETO EPIS</b>	<b>18</b>
<b>2.10.1 REUNIÕES COM ENCARREGADOS DE EDUCAÇÃO/DIRETORES DE TURMA</b>	<b>19</b>
<b>2.10.2 REUNIÕES DE EQUIPA/COORDENAÇÃO</b>	<b>19</b>
<b>2.10.3 PLATAFORMA EPIS</b>	<b>19</b>
<b>2.11. RESIDÊNCIA HOSPITALAR</b>	<b>20</b>
<b>3. PATRIMÓNIO</b>	<b>21</b>
<b>4. FISCALIZAÇÃO E GESTÃO DE CONDOMÍNIOS</b>	<b>24</b>
<b>5. SITUAÇÃO ECONÓMICO – FINANCEIRA</b>	<b>25</b>
<b>5.1. DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR NATUREZAS</b>	<b>25</b>
<b>5.1.1. NOTAS DA DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR NATUREZAS</b>	<b>26</b>
<b>5.2. DETALHE DAS RUBRICAS DE GASTOS E RENDIMENTOS</b>	<b>28</b>
<b>5.2.1. NOTAS DO DETALHE DAS RUBRICAS DE GASTOS E RENDIMENTOS</b>	<b>31</b>
<b>6. PARECER DO FISCAL DO ÚNICO</b>	<b>35</b>



Em cumprimento do disposto da Lei nº 50/2012, de 31 de agosto com a redação dada pela Lei 53/2014 de 25 de Agosto o Conselho de Administração da Figueira Domus, E.M, reunido a 27 de Julho de 2015, aprovou o presente Relatório de Execução Orçamental relativo ao 2º Trimestre de 2015.

**Estrutura** - Este relatório mantém os comparativos entre o realizado no primeiro trimestre de 2015 e o previsto em sede de orçamento, assim como o comparativo entre o realizado do primeiro trimestre de 2015 e o seu período homólogo de 2014. Com o fito de produzir uma maior transparência na análise do documento, mantiveram-se campos de variação percentual nas contas detalhe das rubricas de gastos e rendimentos. Mantiveram-se, ainda, nos casos onde os dados não são apresentados em acumulado, como são exemplo os comparativos da área social do SASIL, um comparativo em relação ao trimestre anterior para potenciar uma análise mais correta sobre algumas tendências.

**Dívidas de Beneficiários** - Verifica-se um aumento homólogo do número de devedores e uma ligeira diminuição entre maio e junho, assim como um aumento da dívida acumulada de arrendatários de habitação social no trimestre face ao seu período homólogo de 2014. Esta tendência assenta em grande parte na difícil conjuntura económica e uma enraizada cultura de incumprimento e por isso o Conselho de Administração está a desenvolver medidas que permitam controlar e atenuar tais incumprimentos. Verifica-se que, mesmo longe de uma tendência decrescente significativa, o valor de dívida relativa no 2º trimestre é inferior ao máximo do 1º trimestre.

**Passivo Bancário** - O Conselho de Administração em conjunto com o acionista Município da Figueira da Foz produziram um conjunto de negociações estruturais com a CGD com o fito de estabelecer um programa de reestruturação da dívida. A título de síntese, esta reestruturação visou a contratualização de um mútuo com o prazo de doze anos de valor de 6.200.000,00 euros para amortizar na íntegra duas operações de curto prazo contratados no ano de 2002, amortizar as operações em mora e reduzir as taxas de juro contratuais. O contrato e escritura foram realizados no final do mês de Junho, o que representou um enorme esforço no sentido de fazer refletir este impacto no 1º semestre para quanto antes normalizar o cumprimento de todas as operações de financiamento. No que concerne à dívida bancária podemos verificar que houve um aumento no trimestre em causa de 406.956,23 euros ao contrário da diminuição de 246.945,64 euros no trimestre anterior, provocando um aumento acumulado à data de 30/06/2015 de 160.010,59 euros, cifrando-se assim a dívida bancária em 12.311.853,29 euros. Este aumento tem origem no processo de reestruturação da dívida com a CGD porquanto, tal como supra explicado, a operação de financiamento previu o pagamento de operações em mora e consequentemente os juros de mora transformaram-se em capital na nova operação.

**Novo Regime Legal de Habitação Social** - Com a entrada em vigor da nova Lei n.º 81/2014 de 19 de dezembro, que estabelece o novo regime do arrendamento apoiado para habitação e revoga a Lei n.º 21/2009 de 20 de maio e os Decretos-Leis n.º 608/73, de 14 de novembro e 166/93, de 7 de maio, ficaram claras um conjunto de novas disposições legais com carácter imperativo que obrigam à alteração do Regulamento Municipal de Atribuição e Gestão de Habitação Social da Figueira da Foz. O Conselho de Administração realizou um planeamento de trabalhos envolvendo toda a estrutura da Figueira Domus E.M. que, de uma forma holística, quer por departamento, quer de forma transversal, sempre com a representação do Conselho de Administração, foi reunindo vários grupos de trabalho aproveitando assim a larga experiência dos técnicos nesta área específica. Espera-se que para muito breve se possa concluir este nevrálgico processo para que a proposta do novo regulamento possa ser alvo de escrutínio público e aprovação nos órgãos próprios.

**Recursos Humanos** - Dada a índole complexa das exigências quotidianas e dos enormes desafios na gestão social dos beneficiários e dos requerentes à habitação social, face aos poucos recursos humanos e materiais, o Conselho de Administração procurou reforçar o SASIL com mais técnicas através do "Programa Contrato Emprego Inserção+" realizando, assim, duas candidaturas a este programa.

**SGQ** - O Conselho de Administração tomou a decisão de reimplementar o Sistema de Gestão de Qualidade assente na norma ISO 9001:2008. A empresa pretende com esta medida desenvolver processos internos tendentes a que a empresa no seu todo seja dotada de eficácia e eficiência, ajuste os seus objetivos estratégicos, procure satisfazer os seus arrendatários e produza uma melhoria contínua.

**Fiscal Único** - Foi lançado o procedimento concursal de ajuste direto por convite a várias entidades enquadrado no regime geral do Código da Contratação Pública para Revisor Oficial de Contas da empresa a fim de adequar esta função às atuais condições de mercado.

**Património** - Foi realizada a escritura de venda do fogo que foi anteriormente destinado à sede da empresa, cumprindo-se assim, todas as disposições do contrato de promessa de compra e venda assinado em 29/12/2014.

**Conservação e Reparação** - Este trimestre é ainda revelador do esforço feito pela empresa na contínua reparação e conservação do parque habitacional enquanto medida fulcral na preservação destes ativos e do claro contributo para uma melhor ambiência social. Este trimestre revela uma variação positiva de 94% face ao 1º trimestre de 2015 e uma variação positiva de 73,57% face ao previsto e orçamentado.

Figueira da Foz 27 de julho de 2015,

Presidente

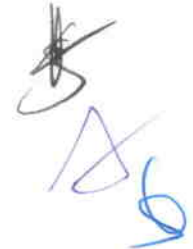
António Joaquim Ribeiro da Silva Tavares

Administrador Executivo

Nuno Miguel Gaspar Marques Gonçalves

Administrador Não Executivo

Hugo Manuel Ramos Rocha



## 1. CARACTERIZAÇÃO ATUAL

### 1.1. RECURSOS HUMANOS

#### 1.1.1 FORMAÇÃO

O Conselho de Administração privilegia a formação dos seus colaboradores com o fito de criar uma permanente adequação aos exigentes desafios da empresa e proporcionar uma melhoria contínua dos serviços. Neste trimestre foram frequentadas as seguintes ações:

**QUADRO 1 - FORMAÇÃO**

Tema	Data	Carga Horária	Destinatários	Entidade
Estatuto, controlo e responsabilidade dos eleitos locais e dos gestores públicos do sector empresarial autárquico	09-abr	7 Horas	CA	Quadros e Metas
Seminário CVP - Aniversário 100 anos da Cruz Vermelha Portuguesa	05-jun	8 Horas	SASIL	CVP
Encerramento do Plano Municipal para a integração de Imigrantes da Figueira da Foz	29-jun	7 Horas	SASIL	CMFF e Parceiros

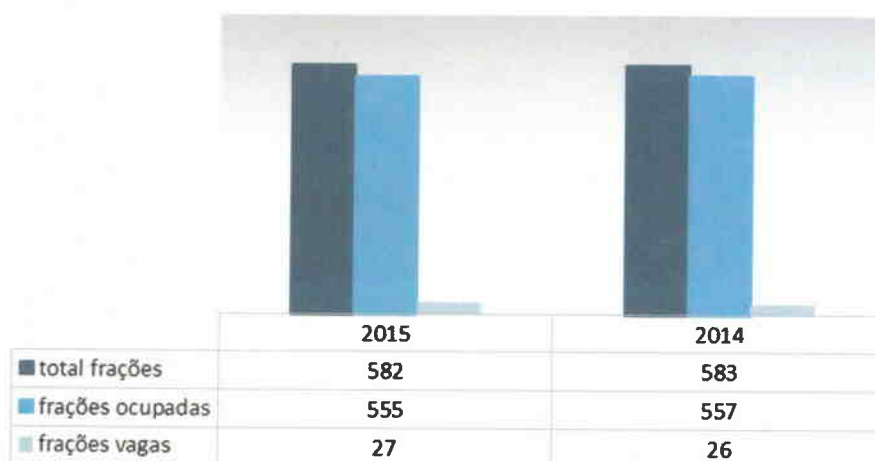
#### 1.1.2 FISCAL ÚNICO

Iniciou-se ainda o procedimento concursal para fornecimento de serviços de Fiscal Único da empresa com a escolha da plataforma eletrónica de contratação pública e restantes procedimentos encontrando-se neste momento já em fase de adjudicação de proposta economicamente mais vantajosa. Este processo foi realizado com o apoio do SITEP devido ao cabal conhecimento do uso da plataforma.

### 1.2. BENEFICIÁRIOS DE HABITAÇÃO SOCIAL

No final do 2º trimestre de 2015 o património gerido pela Figueira Domus, E.M., corresponde a 582 frações autónomas, das quais 15 são garagens e 5 são lojas. Destas frações, estavam arrendadas 555, estando devolutos 23 fogos, 3 lojas e 1 garagem. No período homólogo de 2014 estavam devolutas 26 frações.

**GRÁFICO 1 – COMPARATIVO DA OCUPAÇÃO DOS FRAÇÕES**



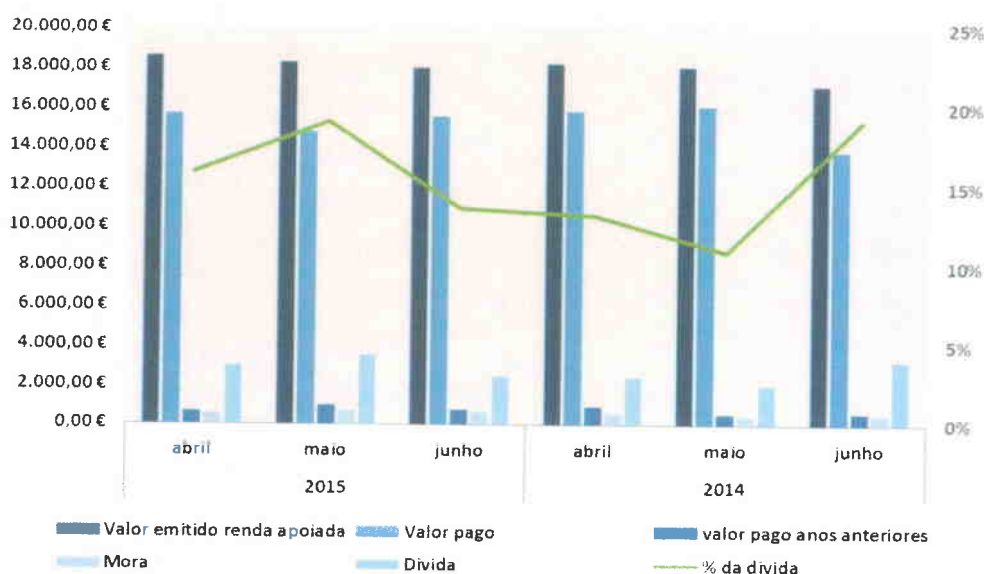
*[Handwritten signature]*

### 1.2.1. RECEITA E RENDAS

O 2º trimestre de 2015 registou, comparativamente com o período homólogo, um aumento de 2,83% do valor das rendas em regime de arrendamento apoiado emitidas.

O gráfico abaixo, elucida a evolução do valor emitido de rendas em regime de arrendamento apoiado, do valor pago pelos beneficiários de habitação social (de rendas do próprio ano e de anos anteriores), dos juros de mora quando ocorre atraso nesse pagamento e do valor em dívida das rendas em regime de arrendamento apoiado, em comparação com o período homólogo de 2014.

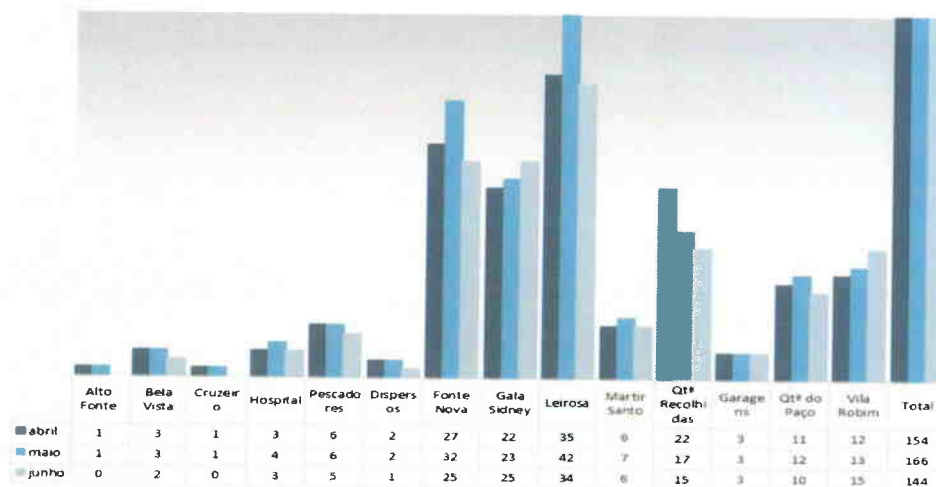
**GRÁFICO 2 – COMPARATIVO PERÍODO HOMÓLOGO DAS RENDAS, RECEITA E DÍVIDA**



No 2º trimestre de 2015 comparativamente com período homólogo, verificou-se uma diminuição no cumprimento do pagamento da renda pelos beneficiários de habitação social, muito embora no último mês do trimestre tenha havido um aumento do cumprimento no pagamento da renda em regime de arrendamento apoiado, comparativamente com o mês homólogo, por parte dos mesmos. No entanto comparativamente com o trimestre homólogo, verifica-se um aumento na dívida em cerca de 16,77%, por partes dos beneficiários.

O gráfico abaixo explana a distribuição por bairro dos devedores que são beneficiários de habitação social no 2º trimestre de 2015.

**GRÁFICO 3 – NÚMERO DE DEVEDORES POR BAIRRO**

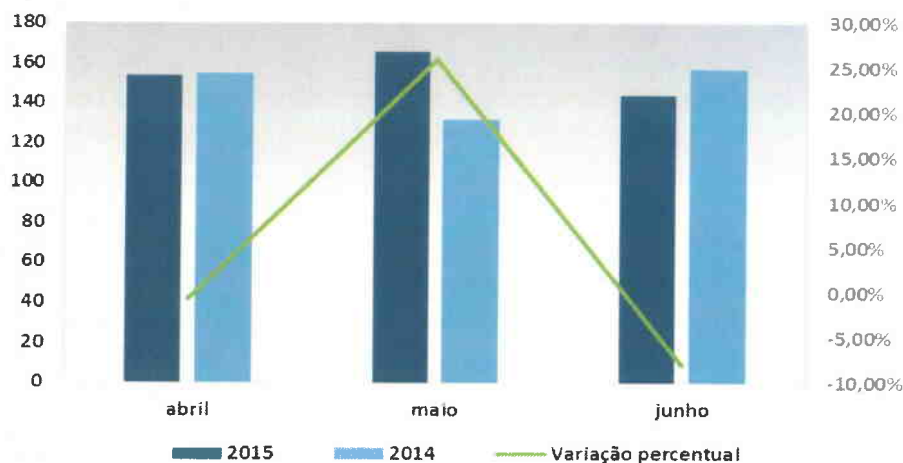


  
 2015

No 2º trimestre de 2015, verifica-se à semelhança do aumento do valor em dívida das rendas em regime de arrendamento apoiado, também um aumento do número de devedores em cerca de 4,50%, relativamente ao período homólogo de 2014.

O gráfico abaixo, aclara a distribuição, do número de beneficiários de habitação social devedores, comparativamente com o período homólogo de 2014.

**GRÁFICO 4 – COMPARATIVO PERÍODO HOMÓLOGO DO NÚMERO DE DEVEDORES**



### 1.2.2. CONDOMÍNIO

Comparativamente com o período homólogo de 2014, registou-se uma diminuição de 1,69% do valor da dívida, relativa às despesas de condomínios e manutenção.

**GRÁFICO 5 – COMPARATIVO PERÍODO HOMÓLOGO RECEITA E DÍVIDAS DAS DESPESAS DE CONDOMÍNIO E MANUTENÇÃO**





*[Handwritten signature]*

### 1.2.3. DÍVIDAS

Os gráficos abaixo ilustram a evolução da dívida, por bairros, no 2º trimestre de 2015 em comparação com o período homólogo de 2014, bem como a evolução da dívida no 1º e 2º trimestres de 2015.

Depreende-se que o aumento da dívida, reflete-se em praticamente todos os bairros, à exceção dos seguintes: Alto da Fonte, Fonte Nova, Mártir Santo e Leirosa.

Comparativamente, com o trimestre anterior, verifica-se a existência de um decréscimo da dívida no início de 2º trimestre, retornando uma tendência de subida sem ultrapassar os máximos do trimestre anterior, como se verifica nos gráficos.

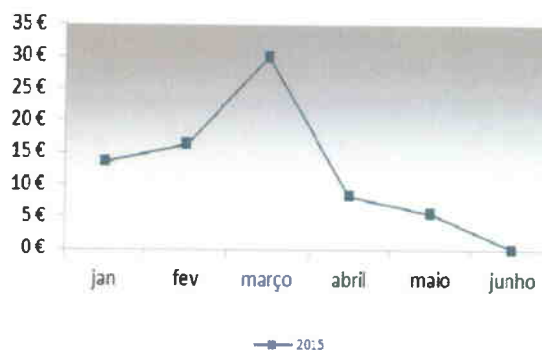
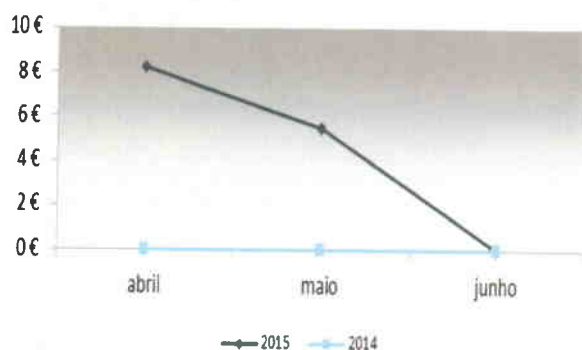
**GRÁFICO 6 A 33 – DÍVIDAS DE RENDAS APOIADAS POR BAIRRO**

**COMPARATIVO PERÍODO HOMÓLOGO**

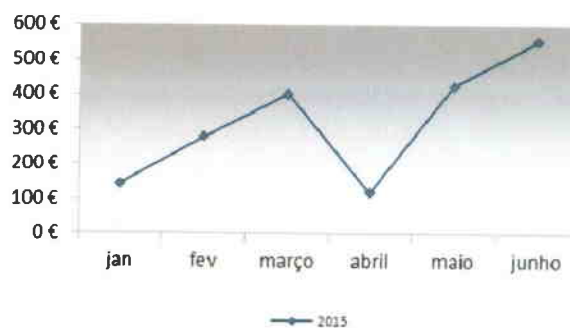
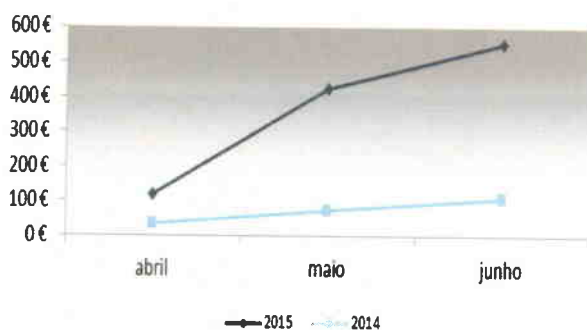
**E**

**EVOLUÇÃO DA DÍVIDA NOS TRIMESTRES**

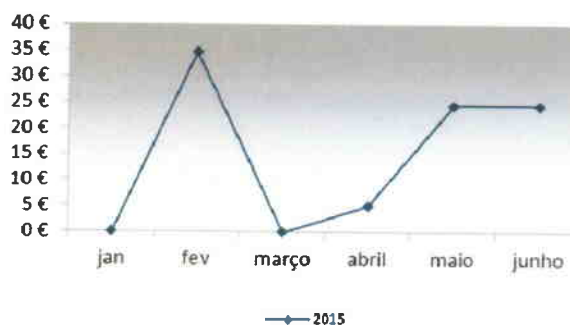
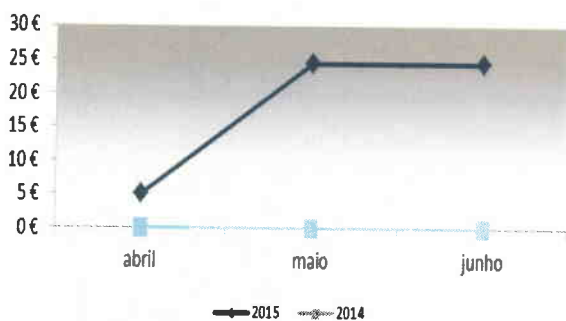
**Alto da Fonte**



**Bela Vista**



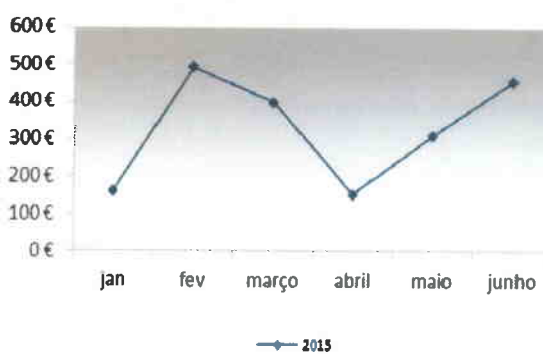
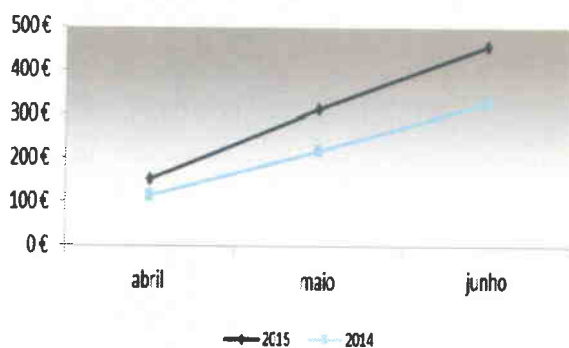
**Bairro do Cruzeiro**



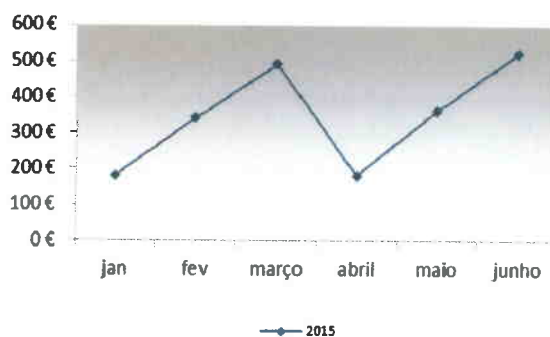
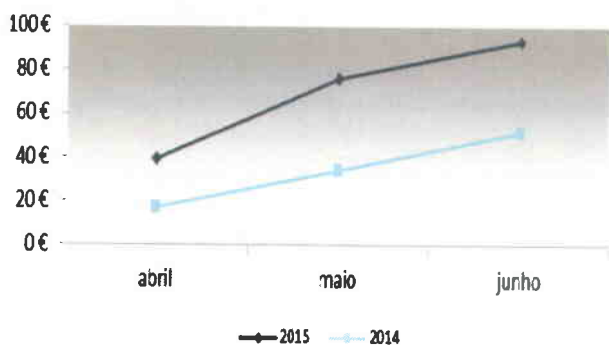


*[Handwritten signature]*

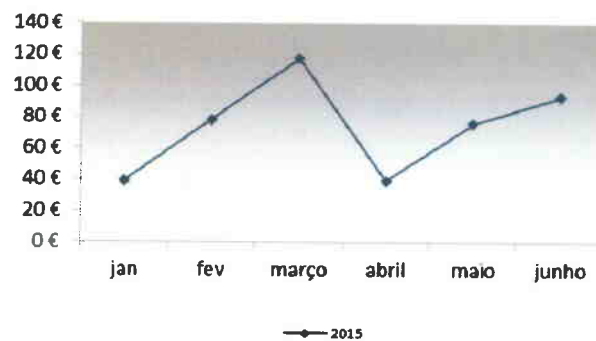
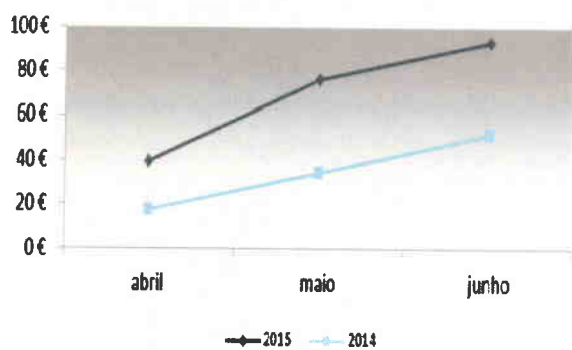
### Bairro do Hospital



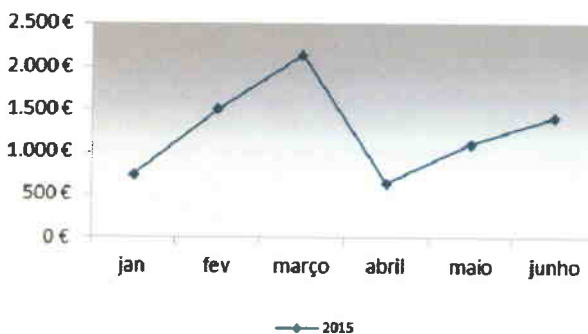
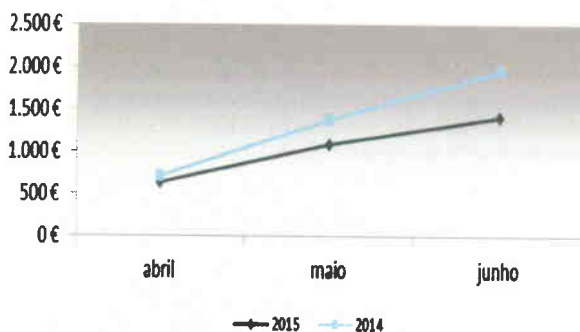
### Bairro dos Pescadores



### Dispersos

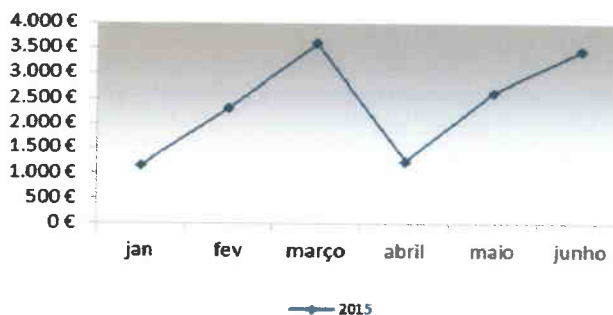
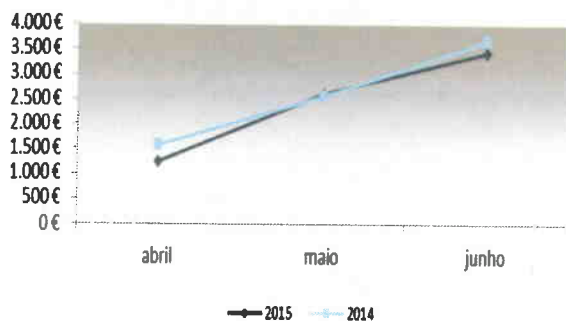


### Fonte Nova

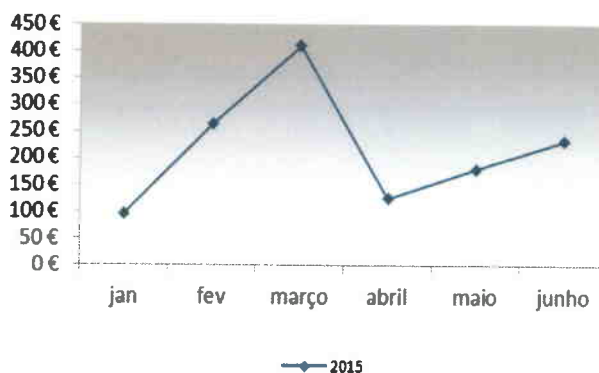
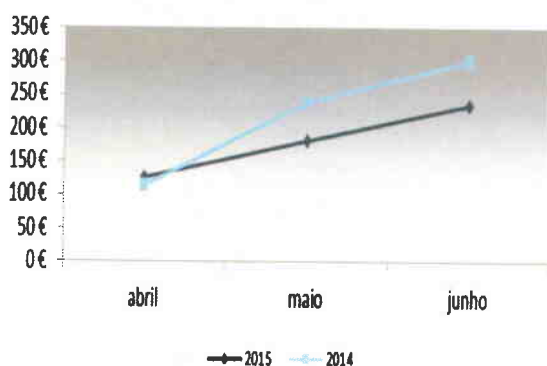


*[Handwritten signature]*

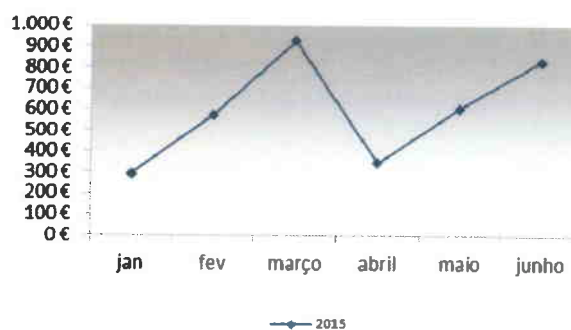
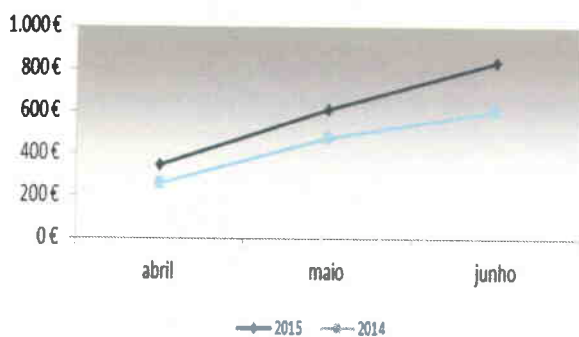
#### Leirosa



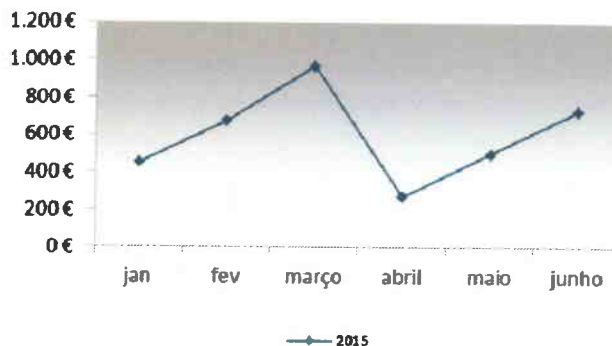
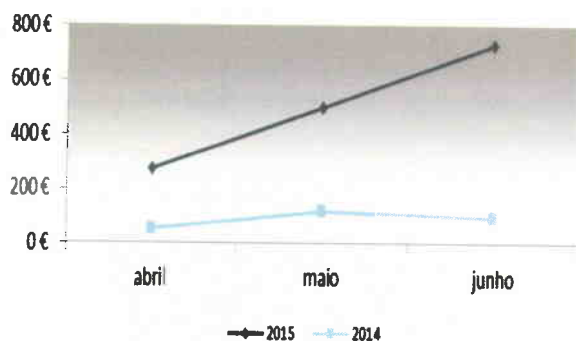
#### Mártir Santo



#### Quinta das Recolhidas

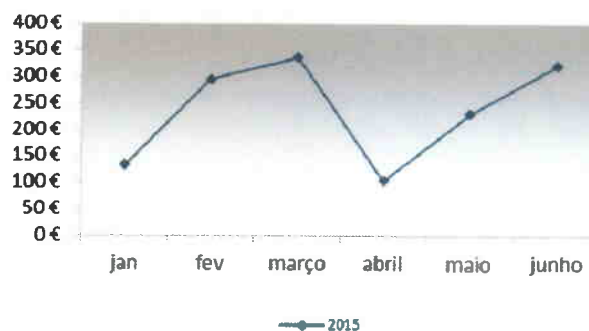
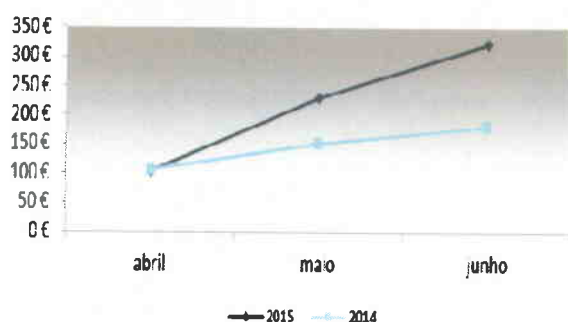


#### Quinta do Paço

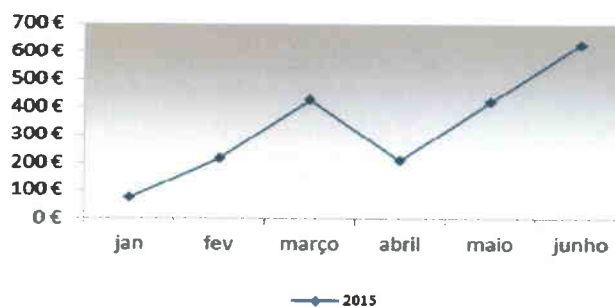
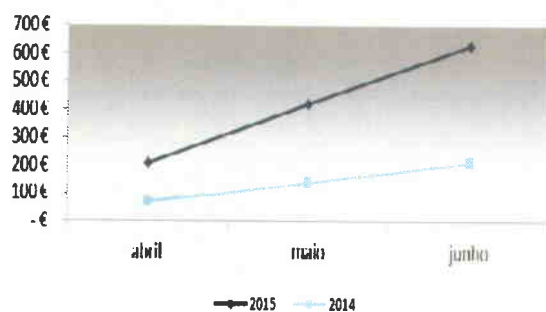


  
 AS

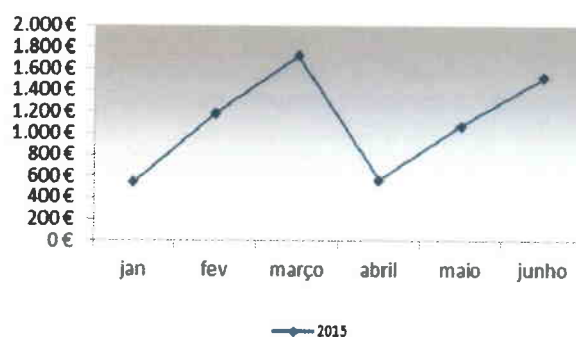
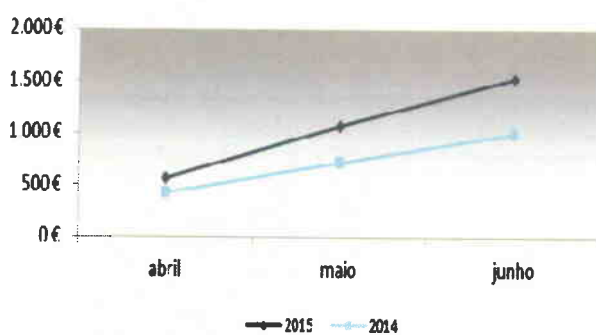
### Vila Robim



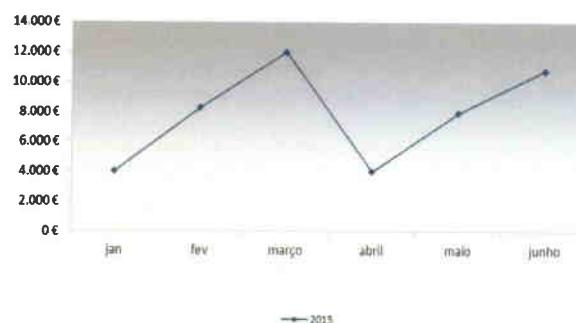
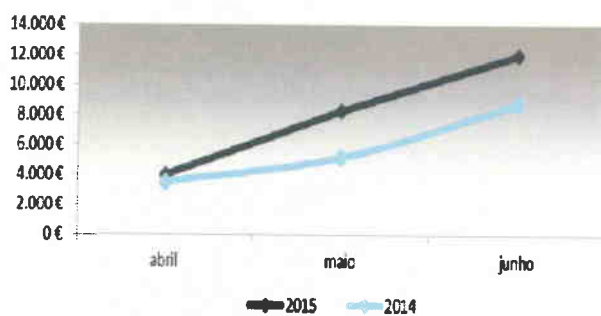
### Quinta das Recolhidas - Garagens



### Gala/Sidney



### GRÁFICO 34 E 35- Dívida ACUMULADA





## 2. ÁREA SOCIAL

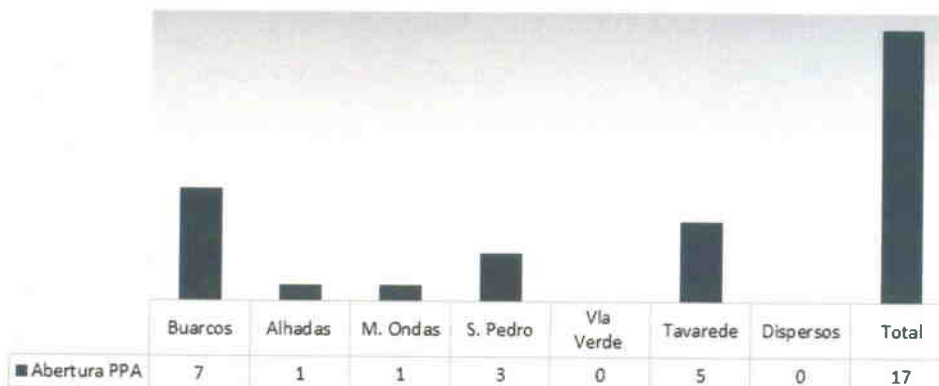
### 2.1. INTERVENÇÃO SOCIAL

No âmbito da estrutura orgânica da empresa, o SASIL - Serviço de Ação Social e Intervenção Local, constitui uma unidade operativa muito importante no contexto da atividade da empresa, competindo-lhe, designadamente, apoiar o Conselho de Administração na elaboração de orientações estratégicas no âmbito da gestão social, organizar e orientar o processo de atribuição de fogos, incluindo a preparação das famílias no processo de mudança, proceder à gestão social dos bairros e articular as competências da empresa, em matéria de gestão social, com outras entidades públicas e/ou privadas.

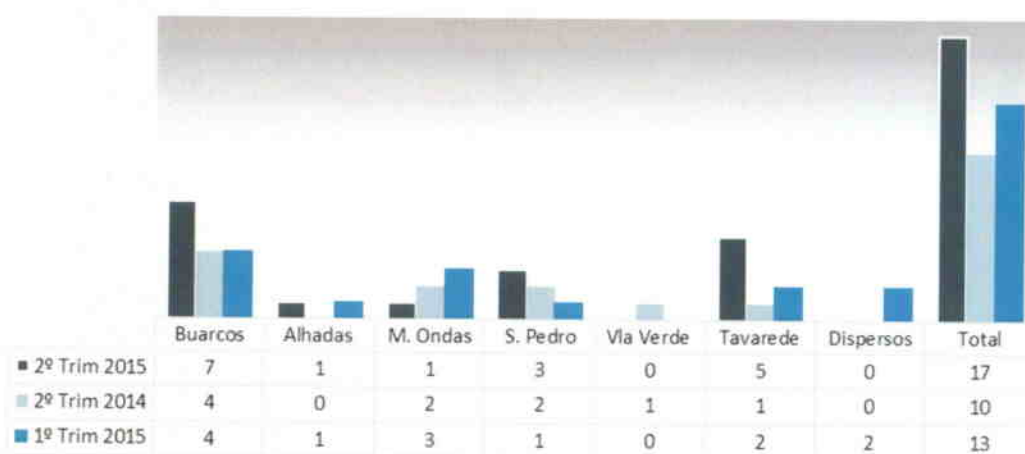
#### 2.1.1. PEDIDOS DE PROCURA DE ALOJAMENTO

No período em análise registaram-se 17 Pedidos de Procura de Alojamento (PPA), conforme gráfico abaixo.

**GRÁFICO 36 – ABERTURA DE PPA**



**GRÁFICO 37 – COMPARATIVO ABERTURA DE PPA**



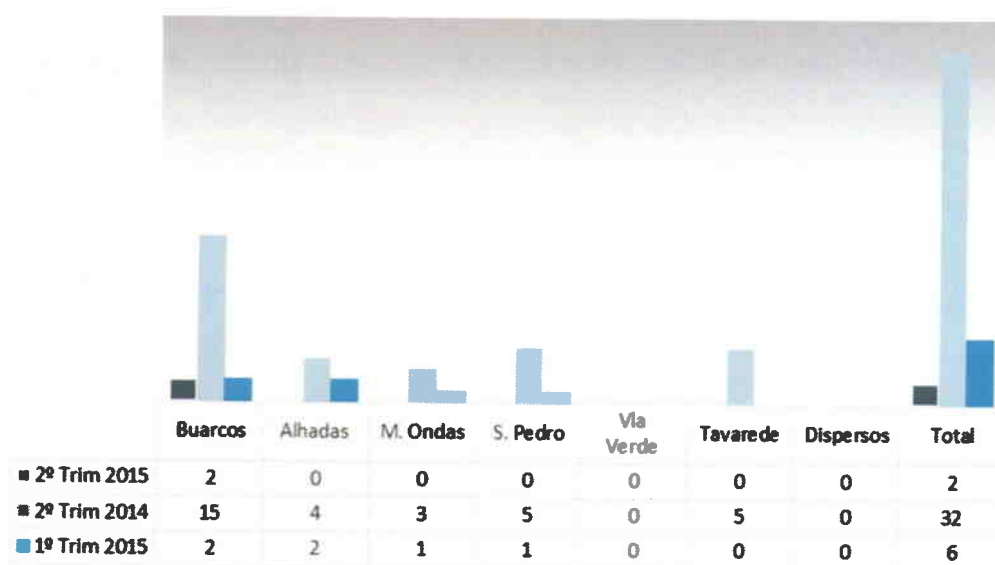
Pela análise dos gráficos, verifica-se um aumento de 70% de processos abertos relativamente ao período homólogo de 2014 e de 30,7% relativamente ao 1º trimestre de 2015.

**GRÁFICO 38 – VERIFICAÇÕES HABITACIONAIS**



Foram efetuadas 2 verificações habitacionais de processos de pedido de alojamento.

**GRÁFICO 39 – COMPARATIVO DE VERIFICAÇÕES HABITACIONAIS**



Constatou-se um decréscimo de verificações habitacionais de 93,75% relativamente ao período homólogo de 2014 e de 66,7% relativamente ao 1º trimestre de 2015.

O visível decréscimo de verificações habitacionais efetuadas tem como justificação a entrada em vigor da nova lei de atribuição de habitação social, Lei 81/2014, de 19 de Dezembro, que implica uma série de procedimentos no sentido de adaptação do regulamento existente à nova legislação, encontrando-se suspensas as verificações habitacionais, exceto as de cariz de emergência social.

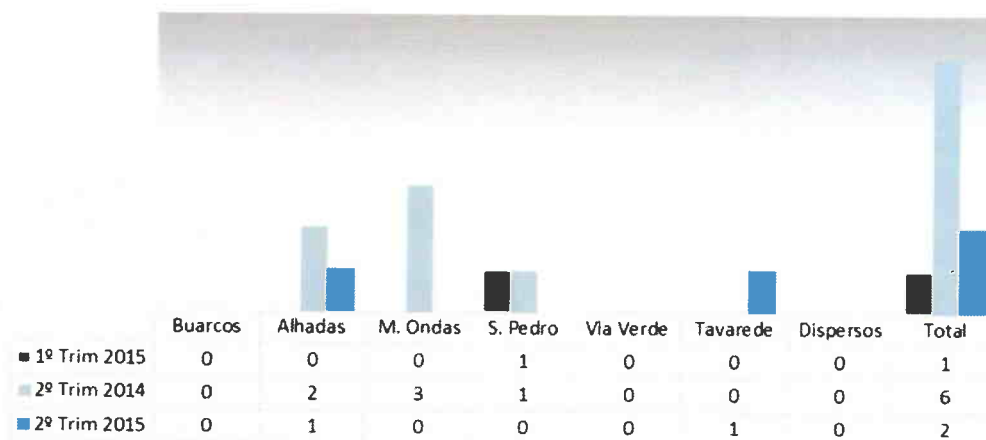
### 2.1.2. ATRIBUIÇÕES

No 2º trimestre de 2015, foram formalmente atribuídos dois fogos. De salientar que estas atribuições resultam de situações que se encontravam pendentes da administração anterior, existindo necessidade urgente de as regularizar e para isso produziram-se as reformas dos atos como procedimento legal de regularização. De acordo com os procedimentos da empresa, aquando da entrega da chave do fogo, elucidaram-se os futuros beneficiários de habitação social sobre os seus direitos e deveres como moradores.

**QUADRO 2 - ATRIBUIÇÕES**

Freguesia	Bairro	Fogos Atribuídos
Alhadas	Fonte Nova	1
Tavarede	Vila Robim	1
<b>Total</b>		<b>2</b>

**GRÁFICO 40 – COMPARATIVO DE ATRIBUIÇÕES**



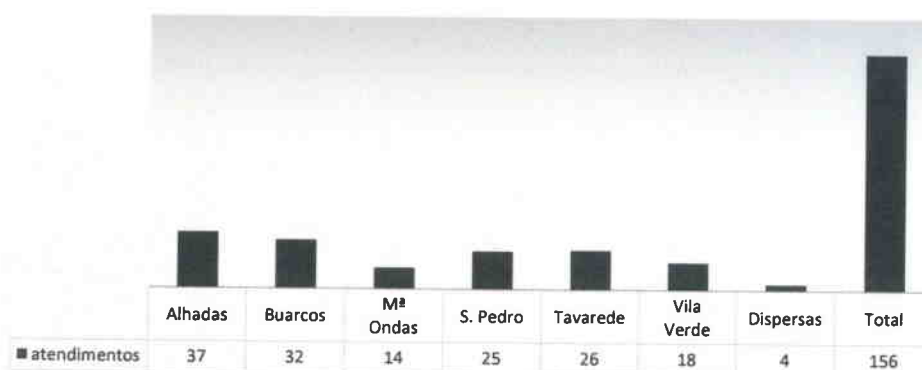
Relativamente às atribuições efetuadas é notório o decréscimo das mesmas, sendo de 66,7% relativamente ao período homólogo de 2014 e de um aumento de 100% relativamente ao 1º trimestre de 2015. Este facto deve-se à adaptação do Regulamento de Atribuição e Gestão de Habitação Social da Figueira Domus, EM à Lei 81/2014, de 19 de dezembro, que implica um conjunto de alterações substanciais nas premissas de avaliação de cada um dos pedidos de alojamento e que consequentemente implica que apenas quando todos os PPA tiverem sido novamente verificados e pontuados ao abrigo da nova matriz e novas regras legais, se possam efetuar atribuições com justiça, equidade e transparência.

No decorrer do 2º trimestre de 2015 não se efetuou qualquer transferência de fogos. No período homólogo do ano anterior, efetuou-se 1 transferência de fogo e no 1º trimestre do ano corrente não se efetuou qualquer transferência.

### 2.1.3. ATENDIMENTOS

Sendo premissa da empresa que se privilegie o contato direto com os beneficiários de habitação social, deu-se continuidade ao modelo de gestão integrada e descentralizada, tendo-se efetuado, 156 atendimentos a beneficiários de habitação social e munícipes do concelho, distribuídos pelas seguintes freguesias:

**GRÁFICO 41 – ATENDIMENTOS REALIZADOS NO 2º TRIMESTRE 2015**

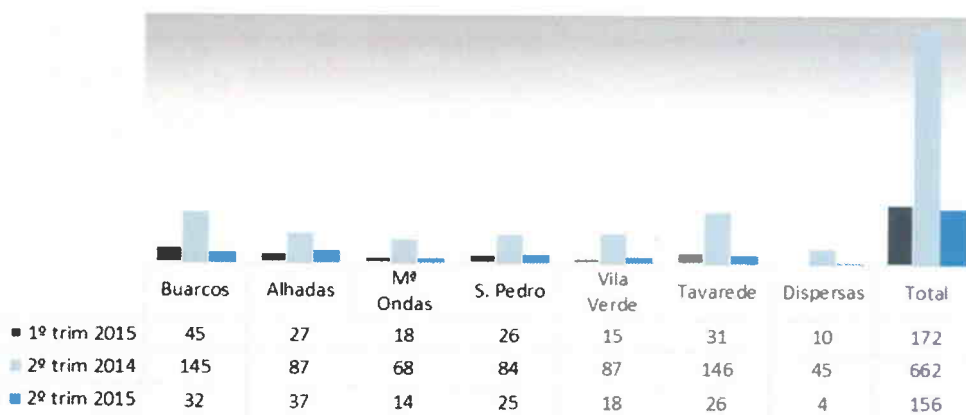




Os problemas apresentados pelos utentes, nestes atendimentos, são diversos, sendo na sua maioria:

- Pedidos de reavaliação do valor da renda, em função das alterações de rendimentos, situações de desemprego e/ou alteração da composição dos agregados familiares;
- Pedidos de autorização de residência/permanência nos fogos de companheiros, ascendentes, descendentes e outros;
- Conflitos de vizinhança e gestão dos espaços comuns - os moradores apresentam queixas diversas relativas aos seus vizinhos, designadamente: barulhos, entradas e saídas nos prédios por parte de pessoas estranhas, toques de campainha tardios, falta de interesse e colaboração na limpeza e conservação dos espaços comuns;
- Atualização dos pedidos de habitação social – em situações de mudança de residência, alteração de rendimentos, alteração da composição do agregado familiar;
- Carência habitacional grave face a iminentes ações de despejo.

**GRÁFICO 42 – COMPARATIVO DE ATENDIMENTOS REALIZADOS**

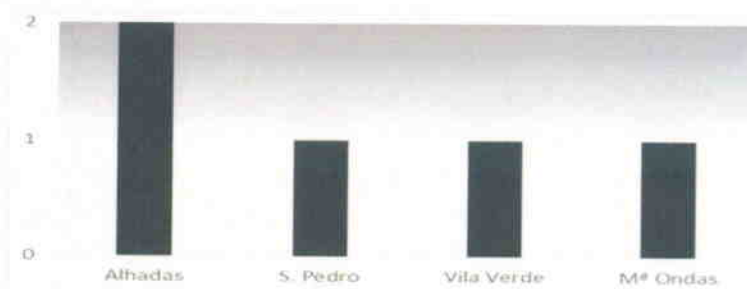


Comparativamente a períodos anteriores, constatou-se um decréscimo acentuado relativamente ao período homólogo de 2014 de 76,4% e de 9,3% relativamente ao 1º trimestre de 2015. Esta disparidade justifica-se com uma diferente abordagem de atendimento por parte da administração e dos serviços técnicos, privilegiando o paradigma qualitativo no atendimento com registo formal do mesmo e acompanhamento das ações a realizar. Este modelo promove a diminuição de atendimentos repetidos em curto espaço de tempo e permite monitorizar a evolução dos processos ao abrigo do Sistema de Gestão de Qualidade.

#### 2.1.4. ACORDOS REALIZADOS

Foram elaborados 5 acordos de pagamento de rendas de modo a facilitar a regularização da dívida dos beneficiários de habitação social. No mesmo período de 2014 foram elaborados 16 acordos de pagamento e no 1º trimestre 2015 foram elaborados 8 acordos.

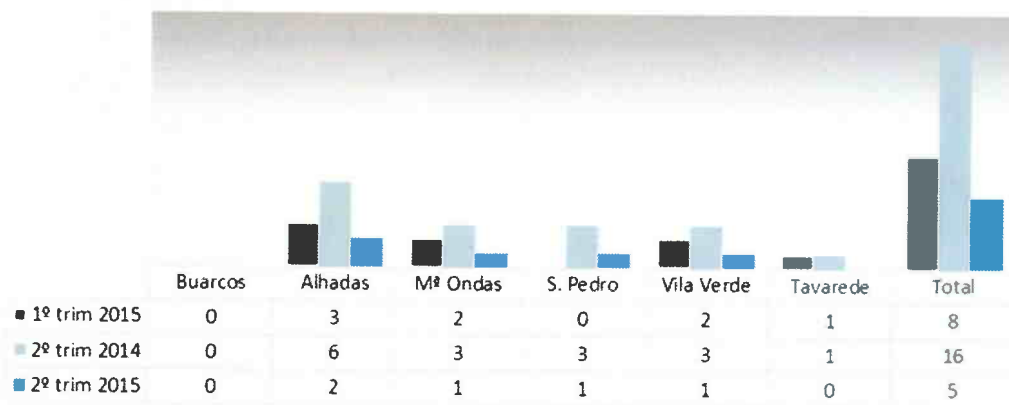
**GRÁFICO 43 – ACORDOS REALIZADOS**







**GRÁFICO 44 – COMPARATIVO DE ACORDOS REALIZADOS**



Constatou-se um decréscimo de 69% de acordos efetuados relativamente ao 2º trimestre de 2014 e um decréscimo de 37,5% relativamente ao 1º trimestre de 2015.

Foram efetuadas, regularmente, visitas domiciliárias aos moradores dos Bairros Sociais com o intuito de os sensibilizar para a estima e conservação da habitação que lhes foi atribuída e para práticas de boa vizinhança, bem como para dar resposta a algumas reclamações/denúncias dirigidas à empresa.

O SASIL acompanhou o SITEP em vistorias de fogos efetuadas nos diversos bairros sociais.

Efetuarão-se atualizações de composição dos agregados familiares e respetivos rendimentos, quer por solicitação dos titulares quer por iniciativa das técnicas, quando detetadas situações cujas alterações se consideraram pertinentes.

O SASIL procedeu ainda à elaboração de informações e de relatórios de atividades inerentes às funções deste departamento.

## 2.2. OUTRAS ATIVIDADES

Realizaram-se reuniões com Presidentes de Junta de Freguesia e com outros parceiros, no sentido de encontrar soluções para preocupações apresentadas, relativas a municípios com grave carência habitacional.

Em colaboração com o Núcleo Local de Intervenção (NLI) e em articulação com as técnicas do Serviço Local da Segurança Social, deu-se continuidade ao procedimento acordado entre a Figueira Domus e esta entidade, de incluir no Plano de Inserção do Utente a obrigatoriedade do pagamento das rendas e acordos de pagamento, fornecendo-se informação mensal, ou sempre que necessário, para apresentação em reunião de NLI sobre o cumprimento/incumprimento dos acordos, por parte dos beneficiários de habitação social.

O SASIL, em representação da Figueira Domus, esteve presente em 3 reuniões mensais do NLI.

No âmbito do programa de Rede Social, as técnicas estiveram presentes em 11 reuniões de Comissão Social de Freguesia: 3 de Tavarede, 2 de Vila Verde, 3 de S. Pedro e 3 de Buarcos. Nestas reuniões foram focadas várias problemáticas sociais de carência habitacional, tentando os membros que integram as Comissões, solucioná-las de forma adequada e tendo em linha de conta os recursos existentes na comunidade.

As técnicas participaram ainda em duas reuniões de trabalho no âmbito do Plano Municipal para a Integração de Imigrantes na Figueira da Foz. Numa delas foram formados grupos de trabalho para análise da legislação e contributo que cada instituição poderá dar no trabalho de integração dos imigrantes. A Figueira Domus propôs-se traduzir, em 3 línguas diferentes (Francês, Inglês e Russo), os requisitos necessários para candidatura a habitação social. A segunda reunião traduziu-se num Seminário de Encerramento do Plano para a Integração de Imigrantes da Figueira da Foz.

### **2.3. PROTOCOLOS**

No âmbito do programa CLDS+, Projeto Escolhas, e fruto da parceria com a Associação Novo Olhar, procedeu-se ao acompanhamento das entrevistas aos beneficiários/jovens da Figueira Domus, que se encontrem em situação de desemprego, residentes nos bairros de Fonte Nova – Brenha, Gala Sidney e Vila Verde.

Este projeto pretende contribuir para o reforço da empregabilidade jovem.

### **2.4. ATIVIDADES SOCIALMENTE ÚTEIS – ASU**

No que concerne às atividades socialmente úteis, deu-se continuidade ao acompanhamento permanente das mesmas. Foram efetuadas várias reuniões entre a coordenadora do SASIL/supervisora do projeto e os parceiros envolvidos, nomeadamente Associação Goltz de Carvalho, Casa Nossa Srª do Rosário e Segurança Social Local, fruto da necessidade de proceder regularmente a alterações e adaptações necessárias.

No âmbito das mesmas, foram prestadas informações permanentes aos diversos parceiros e em reuniões de NLI, relativas à assiduidade das beneficiárias envolvidas no projeto.

### **2.5. PROGRAMA MUN-SI**

Relativamente ao projeto “AMEA” – Alimente Bem esta Família e no âmbito do programa MUN-SI – Programa de Promoção de Saúde Infantil nos municípios, foram efetuadas reuniões com a técnica interlocutora do município, no sentido de elaborar proposta do protocolo tripartido – CEIDSS/Município/Figueira Domus.

No mesmo âmbito, foram selecionadas 23 famílias “AMEA”, residentes nos diversos bairros sociais e procedeu-se à caracterização das mesmas.

### **2.6. VISITA A ACAMPAMENTO**

Existindo ainda várias famílias a residir em acampamentos e sendo preocupação desta empresa encontrar uma solução habitacional para estas famílias, com a maior celeridade possível e de acordo com as características das mesmas, procedeu-se a uma visita ao acampamento da Quinta do Barateiro – Carritos. Foi atualizada a informação relativa aos residentes, quer no que concerne às condições em que residem quer à atualização dos elementos dos agregados familiares e seus rendimentos.

### **2.7. REGULAMENTO DE ATRIBUIÇÃO E GESTÃO DE HABITAÇÃO SOCIAL**

Com a entrada em vigor do novo regime do arrendamento apoiado - o regime legal específico da atribuição das habitações sociais - Lei 81/2014, de 19 de Dezembro, tornou-se imperativo a adaptação do regulamento à nova Lei. Assim foram efetuadas, neste período, várias reuniões interdepartamentais com a Administração da empresa, no sentido de proceder às alterações decorrentes do novo quadro legislativo.

### **2.8. TRANSFERÊNCIA DE FOGOS MUNICIPAIS**

Encontrando-se em ficheiro vários pedidos de transferência de fogos municipais, elaborados por beneficiários dos vários bairros sociais, entendeu-se pertinente elaborar um documento com os pedidos existentes e com os motivos de cada um, bem como o enquadramento legal dos mesmos.

O documento global foi apresentado e aprovado em reunião de Conselho de Administração, pelo que as transferências requeridas serão efetuadas após a existência de fogos devolutos para o efeito.

*[Handwritten signature]*

## 2.9. CANDIDATURA CEI +

No seguimento da candidatura desta empresa, ao abrigo da medida Contrato Emprego-Inserção +, financiada pelo IEFP, foram selecionados dois jovens para desempenhar as funções de dinamizador/mediador.

Estas candidaturas surgiram no âmbito do desenvolvimento do programa ROMED II para a inserção de 2 jovens de etnia cigana para trabalhar com a sua comunidade. Assim e entre outras funções, compete ao Mediador Cigano: articular e harmonizar os conflitos existentes entre as várias comunidades existentes nos bairros, incentivar os pais ciganos para a importância da escola na vida ativa dos seus filhos, promoção e reflexão sobre temáticas que afetam a situação e futuro da juventude cigana.

Ao dinamizador, entre outras funções compete: motivar os jovens ciganos através de bons exemplos (da comunidade) para exercício de uma cidadania ativa, tendo como pano de fundo a escola; promoção de jovens ciganos e famílias com sucesso escolar para serem referência a outras famílias ciganas.

Pretende-se que as suas ações sejam desenvolvidas, preferencialmente, nos bairros sociais.

Estando a decorrer as férias escolares, foram planeadas várias atividades a desenvolver, direcionadas a crianças/jovens residentes nos bairros da Fonte Nova – Brenha e Vila Verde - Quinta das Recolhidas. As ações têm como objetivo a ocupação dos jovens, durante o período de verão.

A primeira ação foi dinamizada no dia 29 de junho, da parte da tarde, no bairro da Fonte Nova – Brenha.

A atividade desenvolvida “Jogo de Percurso” teve a participação de 18 crianças, dos 6 aos 12 anos.



## 2.10. PROJETO EPIS

À semelhança do trabalho desenvolvido pela mediadora EPIS, no 1º trimestre, realizaram-se sessões de métodos de estudo e de motivação para um bom desempenho das tarefas escolares dos alunos.

As metodologias direcionadas aos alunos, tiveram como objetivo primordial, trabalhar aspetos como a motivação para o estudo e realização de tarefas escolares, bem como, estratégias/métodos a adotar, facilitadores de aquisição e interiorização de conhecimentos.

O total de sessões direcionadas aos 18 alunos das 3 escolas do Concelho foi de 67, designadamente:

- 41 Sessões direcionadas a 9 alunos da Escola E.B.2.3 Dr. Pedrosa Veríssimo - Paião
- 18 Sessões direcionada a 8 alunos da Escola E.B.2.3 Dr. João de Barros – Zona Urbana Figueira da Foz
- 8 Sessões direcionada a 1 aluna da Escola Pintor Mário Augusto – Alhadas

**GRÁFICO 45 – TOTAL DE SESSÕES**



### **2.10.1 REUNIÕES COM ENCARREGADOS DE EDUCAÇÃO / DIRETORES DE TURMA**

Para além das sessões realizadas com alunos, foram também realizadas reuniões com Encarregados de Educação e Diretores de Turma.

As reuniões com os Encarregados de Educação tiveram como objetivo primordial reforçar a relação da família com a escola, bem como, promover a troca de ideias que permitam facilitar o sucesso escolar dos seus educandos.

Com os Diretores de Turma, a mediadora estabeleceu, continuamente, uma relação de proximidade e articulação, tendo como objetivo, encontrar estratégias de intervenção adequadas ao perfil de cada aluno, por forma a motivá-los não só para o sucesso escolar, como também, para uma melhor integração no contexto escolar.

Debateu-se ainda, neste final de ano letivo, a orientação vocacional relativamente aos alunos que frequentam o 9º ano, uma vez, que muitos deles, ao transitarem para o 10º ano de escolaridade, sentem-se apreensivos face à escolha a fazer sobre a sua futura área profissional.

O total de reuniões com os Encarregados de Educação ao longo deste 2º trimestre foi de 14.

Com os Diretores de Turma realizaram-se um total de 26.

### **2.10.2 REUNIÕES DE EQUIPA / COORDENAÇÃO**

À semelhança do trimestre anterior realizaram-se 3 reuniões de equipa/coordenação. Nestas reuniões (sessões de coaching) foram debatidos casos práticos referentes a alunos que, dado o seu perfil/comportamento/contexto familiar, são considerados problemáticos.

Através da interação de toda a equipa de mediadores do Concelho, apresentaram-se possíveis estratégias de intervenção junto dos mesmos, com vista a minimizar os problemas sentidos quer pelos alunos, quer pelas suas famílias.

Acresce referir, que a última reunião realizada, foi especificamente direcionada à realização dos Ateliers Vocacionais de Verão, a decorrer em Lisboa, com início a 29 de Junho. A finalidade desta reunião foi dar a conhecer aos pais/encarregados de educação, as regras e outros aspetos importantes sobre as atividades a realizar pelos alunos selecionados para participarem neste evento promovido pela EPIS.

Nos *Ateliês* participaram duas alunas: uma aluna da Escola E.B.2.3 Dr. Pedrosa Veríssimo – Paião e a outra, da Escola E.B.2.3 Dr. João de Barros – Zona Urbana Figueira da Foz.

### **2.10.3 PLATAFORMA EPIS**

O trabalho realizado na plataforma do projeto teve, mais uma vez, como pressuposto básico, sistematizar informação referente a cada aluno.

Os dados inseridos prendem-se essencialmente com:

- Sessões realizadas com alunos;
- Sessões realizadas com encarregados de educação;
- Estabelecimento de objetivos a atingir por cada aluno de acordo com o seu perfil;
- Preenchimento por parte dos diretores de turma, encarregados de educação e mediadora, de questionários de competências não cognitivas referente a cada aluno;
- Preenchimento do questionário de avaliação do projeto por parte da direção das escolas, dos diretores de turma e encarregados de educação;
- Introdução de notas do 3º período relativas a turmas do 7º, 8º e 9º ano de escolaridade.



#### **2.11. RESIDÊNCIA HOSPITALAR**

No âmbito do projeto da Residência Hospitalar entendeu-se prioritário verificar os pressupostos regulamentares no sentido de evitar que as autorizações, que se querem de índole curta e provisória, fossem adulteradas e que se transformassem em atribuições. Assim, importa enfatizar a parceria com o Hospital Distrital da Figueira da Foz, pois através dos seus serviços técnicos disponibilizados pelo Conselho de Administração, permitiu-se gizar uma solução para fazer a triagem de índole médica para determinar os casos elegíveis, assim como dos procedimentos técnicos de higienização a realizar sob as instruções técnicas do Grupo Coordenador Local (GCL) do Programa de Prevenção e Controlo de Infecção e Resistência aos Antimicrobianos (PPCIRA). Pela índole específica da Residência Hospitalar, o HDFF é um importante parceiro em toda a operacionalização e gestão de cada requerente de utilização desta resposta social.





### 3. PATRIMÓNIO

O segundo trimestre de 2015 foi pautado pela consistência da política de reabilitação do património edificado em obras que, apesar de pequena dimensão na maioria das situações, representam os anseios de quem habita em fogos de habitação social – um lar condigno ou o espaço comum digno, limpo e seguro.

Estando em curso a alteração regulamentar interna de atribuição de habitação social por força do Decreto Lei 81/2014 de 19 de dezembro tal como algumas alterações de procedimentos internos na gestão de obras que visam ainda maior transparência nos processos de aquisição de bens e serviços, foi marcante o processo de transferência para novos fogos (à data ainda não concluído na íntegra) de três famílias ao nível da gestão de obras, não pela sua magnitude em termos de obras mas pelo significado da implementação de algumas novas regras que este departamento rotula de muito importância, tais como um controlo mais apertado da sua execução ou a nova formalização e preparação do ato de entrega de chaves aos novos arrendatários.

Importante marco foi ainda a conclusão do processo da designada Residência Hospitalar no Bairro do Hospital com a realização de pequenas obras e montagem de todos os equipamentos fixos e mobiliários, encontrando-se a mesma já provida de todos os fornecimentos de serviços essenciais de água, eletricidade e gás. Para a sua plena utilização falta concluir o processo de regulamento de atribuição e utilização onde este departamento também está envolvido multidisciplinarmente.

Deram-se ainda os passos iniciais na procura de programas de financiamento para obras, nomeadamente no programa Portugal 2020.

No que concerne aos investimentos realizados em obras de reabilitação e manutenção, incluindo manutenção de jardins que se encontrava previsto na rubrica de trabalhos especializados no Plano de Atividades e Orçamento, observa-se uma taxa de execução de 134 % em face do valor acumulado previsto até ao momento.

Verifica-se um incremento no valor despendido, num total trimestral de 33.645,20€, quer relativamente ao trimestre anterior (+94%) quer comparativamente ao período homólogo de 2014 onde se regista um acréscimo de gastos em intervenções no edificado de 116%. A distribuição por bairro é a que se pode observar no quadro 3.

Nesse mesmo quadro é possível observar que a variabilidade de intervenções nos bairros é muito grande o que reflete que existem, em espaços temporais diferentes, intervenções em todos eles tendente a algum equilíbrio em espaço de tempo de maior amplitude.

**QUADRO 3 – REABILITAÇÕES E MANUTENÇÕES 2º TRIMESTRE 2015, COMPARATIVO PERÍODO HOMÓLOGO E IMEDIATAMENTE ANTERIOR**

Bairro	Montante 2º T 2015	Peso cada bairro (%)	Montante 2º T 2014	Peso cada bairro (%)	Montante 1º T 2015	Peso cada bairro (%)
Bairro Hospital	11.419,99 €	34%	237,66 €	2%	725,70 €	4%
Bairro Pescadores	10.531,53 €	31%	1.186,41 €	8%	4.678,99 €	27%
Alto da Fonte	2.822,85 €	9%				
Fonte Nova-Brenha	2.373,52 €	7%	23,11 €	0%	3.319,73 €	19%
Gala-Sidney	1.742,59 €	5%	4.973,31 €	32%	1.082,98 €	6%
Vila Robim	1.291,50 €	4%	1.132,11 €	7%	4.432,34 €	26%
Quinta do Paço	1.051,87 €	3%	159,48 €	1%	953,06 €	6%
Vila Verde	666,48 €	2%	2.583,65 €	16%	1.219,37 €	7%
Leirosa	45,71 €	0%	5.086,17 €	33%	892,58€	5%
Outros/Dispersos	1.699,16 €	5%	178,41€	1%	11,30 €	0%
<b>Total</b>	<b>33.645,20 €</b>		<b>15.560,31 €</b>		<b>17.316,05 €</b>	
<b>Variação relativa aos períodos anteriores</b>	-		<b>+116%</b>		<b>+94%</b>	



Conforme se poderá verificar pelo quadro anterior dois bairros- Hospital e Pescadores- sobressaem claramente, relativamente aos restantes, no montante investido. Neles ocorreram 65% dos custos correspondentes à intervenção de impermeabilização nas fachadas do lado sul do edifício Nascente da 2ª fase do empreendimento do Bairro do Hospital e equipamento para a residência hospitalar na 1ª fase deste empreendimento e à empreitada de reabilitação integral do fogo do Bairro dos Pescadores nº 20 que se encontra praticamente concluído. Uma obra importante foi realizada no bairro do Alto da Fonte em Buarcos e consistiu na intervenção ao nível das fachadas do nº 7 que se encontravam num estado muito degradado impossibilitando uma vivência plena do fogo nas devidas condições de salubridade pelas infiltrações e desconforto higrométrico de que os fogos padeciam, para além do deficiente especto visual. Esta intervenção ascendeu a um montante de 2.822,85€ correspondente a cerca de 9% dos gastos totais no corrente trimestre. Ainda com valores abaixo dos 10% encontram-se os bairros de Brenha, que representa 7% dos custos totais e onde sobressaem os trabalhos de manutenção dos espaços exteriores tendo-se realizado a reconstrução integral de uma das churrasqueiras existentes e que se encontrava totalmente destruída. Esta foi a forma encontrada para alertar para preservação dos espaços e estruturas de apoio que estão afetos aos bairros e à perfeita integração, interação e saudável convivência entre os moradores em reunião tida no local entre a Administração da Figueira Domus, EM e o Sr. Presidente de Junta de Alhadas. Ao nível dos fogos destaca-se a intervenção no fogo da Rua da Fonte Nova nº 2 1º e 2º Esq com reparação da rede de drenagem de esgotos e reparações inerentes dos revestimentos dentro das casas de banho afetadas pela intervenção.

O bairro da Gala-Sidney representa cerca de 5% de custos do trimestre com intervenções nos espaços exteriores onde foram investidos cerca de meio milhar de euros nas redes de rega e diversas reparações em fogos das quais se destacam as promovidas no nº 50 da Rua Joaquim Viana.

Com 4% de montante global investido surge o bairro de Vila Robim, com diversas reparações em fogos para além dos tratamentos e manutenções dos espaços exteriores.

Os custos patenteados no bairro da Quinta do Paço (3%) retratam as diversas intervenções pelos técnicos da empresa ao nível da substituição de banheiras por bases de duche do nº 10 Cv Esq por dificuldades de locomoção do arrendatário. Ainda neste bairro foi realizada a substituição da banheira por uma outra no nº 1 2º Dto por adiantado estado de degradação da existente, para além da colocação de diversos equipamentos de produção de água quente (esquentadores).

Com 2% de custos surge o bairro de Vila Verde com intervenções em diversos fogos que totalizaram 666,48€ salientando-se a colocação de cabine de duche num fogo que estava a provocar infiltrações no piso inferior de um arrendatário.

No 2º trimestre ocorreram 8 reclamações escritas a solicitar a manutenção pontual quando no primeiro trimestre do ano não tinha sido realizada qualquer reclamação. No período homólogo de 2014 tinham sido registadas 25 reclamações continuando os arrendatários a preferirem, contrariamente ao permanentemente solicitado pelos serviços técnicos da empresa, a reclamação verbal sem o imprescindível registo escrito por uma questão de controlo e de qualidade da rede de informação. Existem ainda as reclamações presenciais nas reuniões tidas com arrendatários no período semanal destinado a tal. Relativamente a este espaço aberto pela empresa de apresentação de problemas inerentes ao estado dos fogos e suas patologias, tem-se verificado uma clara diminuição de atendimentos solicitados e realizados.

**QUADRO 4 – NÚMERO DE RECLAMAÇÕES ESCRITAS**

Comparativo de nº de Reclamações	2º Trimestre 2015	1º Trimestre 2015	2º Trimestre 2014
Total	8	0	25



Manteve-se a atenção na gestão do património da empresa com especial ênfase à situação de infiltrações provenientes do exterior dos fogos, com ações de reparação de infiltrações mais graves.

De forma mais generalizada foram realizadas as seguintes atividades de gestão corrente da empresa:

- Vistorias aos fogos com vista à receção de chaves de arrendatários que pretendem entregar os fogos, para avaliação de estados de conservação ou de realização de obras na sequência de reclamações;
- Realização de diversas pequenas reparações: pinturas, vedações em zonas húmidas, estores e redes técnicas;
- Desenvolvimento de soluções técnicas para intervenção a realizar num futuro próximo, pois têm íntima ligação com patologias decorrentes de deficiências de impermeabilização e estanquicidade das construções;
- Realização de pequenas reparações e manutenção em diversas coberturas;
- Diversas situações de vandalismo nos fogos sob gestão da Figueira Domus, EM;
- Retirada de bens de fogos devolutos e mudanças de fechaduras correspondente, sempre que tal se justificasse;
- Controlo de consumos de energia elétrica e água, em zonas comuns nos imóveis que estão sob gestão desta empresa e não possuam condomínios;
- Controlo de atividades de jardinagem de entidades externas;
- Solicitação de cotações quer para fornecimentos de material, quer para fornecimento de serviços, nomeadamente de redes técnicas de abastecimento de água e eletricidade, revestimentos e carpintarias;
- Acompanhamento da execução de trabalhos realizados por entidades externas, nomeadamente ao nível da reabilitação/substituição de redes técnicas;
- Acompanhamento técnico de situações decorrentes de ações em tribunal;
- Acompanhamento técnico de situações em que se encontrem envolvidos proprietários em prédios integralmente comercializados por esta empresa ou onde coabitem com arrendatários;
- Participação em reuniões de condomínios bem como no acompanhamento dos trabalhos efetuados por estas entidades.

#### 4. FISCALIZAÇÃO E GESTÃO DE CONDOMÍNIOS

O Serviço de Fiscalização e Gestão de Condomínios elaborou neste trimestre 14 informações internas, relativas a reclamações de compradores e arrendatários e levantamento de anomalias detetadas nas visitas domiciliárias aos bairros, tendo as mesmas sido devidamente documentadas e despachadas superiormente.

**QUADRO 5 – NÚMERO DE INFORMAÇÕES DO SERVIÇO**

Comparativo de nº de informações	2º Trimestre 2015	1º Trimestre 2015	2º Trimestre 2014
Total	14	10	39

As informações apresentadas versam sobre os mais variados assuntos relativos às zonas comuns, havendo maior incidência sobre:

- Cheiros provindos de habitações;
- Avarias na luz de escada, relógio de escada, campainhas, intercomunicadores, telhados e infiltrações;
- Furtos de energia;
- Conflitos entre vizinhança e infração da lei do ruído;
- Ocupação e utilização indevida de espaços comuns.

Prosseguiu-se com o projeto SIG, tendo já sido cadastrados neste sistema todos os Bairros Sociais com o devido nome, tendo sido também criado um código individual para cada bairro, estando disponibilizada a base de dados AIRC – programa TAX.

Criou-se também, uma ligação autorizada entre o programa existente TAX e a programa SIG, para que os dados críticos sejam atualizados no SIG de forma automática aquando a atualização normal e reiterada do TAX, promovendo assim, um sistema eficiente na gestão dos recursos.

Deu-se continuidade ao projeto das Atividades Socialmente Uteis (ASU) e foi necessário efetuar novas cartas de compromisso para algumas substituições, bem como inserir as novas colaboradoras no grupo de trabalho.

A assistente continuou a proceder à fiscalização e controlo mensal das leituras de contador da EDP, de forma a controlar e detetar furtos de energia de condomínio, tendo sido realizadas informações das situações e anomalias detetadas.

Foi prestado apoio técnico a todos os departamentos da empresa a nível de tarefas internas e serviço externo, especial auxílio no Serviço Administrativo e Financeiro – SAF, nomeadamente na substituição de 2 colegas.

## 5. SITUAÇÃO ECONÓMICO – FINANCEIRA

A análise da execução orçamental é efetuada tendo como base o Plano de Atividades e Orçamento para 2015.

O 2.º trimestre apresenta os valores acumulados desde o início do ano.

### 5.1. DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR NATUREZAS

Apresentamos, de seguida, o mapa de execução orçamental.

**DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR NATUREZAS DO 2º TRIMESTRE DE 2015**

RENDIMENTOS E GASTOS	NOTAS	Realizado no 2ºTrim/15	Previsto no 2ºTrim/15	Un: euros
				Desvio
Vendas e serviços prestados	1	909.103,95	920.019,78	-1,19%
Subsídios à exploração	2	1.006,14	0,00	0,00%
Ganhos/perdas imputados de subsid., associadas e empreend. conjuntos		0,00	0,00	0,00%
Variação nos inventários da produção		0,00	0,00	0,00%
Trabalhos para a própria entidade		0,00	0,00	0,00%
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas		0,00	0,00	0,00%
Fornecimentos e serviços externos	3	-100.150,18	-100.294,16	-0,14%
Gastos com o pessoal	4	-165.572,11	-158.579,76	4,41%
Ajustamentos de inventários (perdas/reversões)		0,00	0,00	0,00%
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)		0,00	0,00	0,00%
Provisões (aumentos/reduções)		0,00	0,00	0,00%
Imparidade de ativos não depreciables/amortizáveis (perdas/reversões)		0,00	0,00	0,00%
Aumentos/reduções de justo valor		0,00	0,00	0,00%
Outros rendimentos e ganhos	5	4.958,85	3.679,88	34,76%
Outros gastos e perdas	6	-10.249,71	-30.785,84	-66,71%
<b>Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos</b>		<b>639.096,94</b>	<b>634.039,90</b>	<b>0,80%</b>
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	7	-143.060,70	-145.427,94	-1,63%
Imparidade de ativos depreciables/amortizáveis (perdas/reversões)		0,00	0,00	0,00%
<b>Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)</b>		<b>496.036,24</b>	<b>488.611,96</b>	<b>1,52%</b>
Juros e rendimentos similares obtidos		0,00	0,00	0,00%
Juros e gastos similares suportados	8	-268.787,28	-249.173,86	7,87%
<b>Resultado antes de impostos</b>		<b>227.248,96</b>	<b>239.438,10</b>	<b>-5,09%</b>
<b>Impostos sobre o rendimento do período</b>		<b>-51.131,02</b>	<b>-49.682,00</b>	<b>2,92%</b>
<b>Resultado líquido do exercício</b>		<b>176.117,94</b>	<b>189.756,10</b>	<b>-7,19%</b>

A Administração

O Técnico Oficial de Contas



### **5.1.1. NOTAS DA DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR NATUREZAS**

#### **1 - VENDAS E SERVIÇOS PRESTADOS**

Nesta rubrica o valor realizado é idêntico ao valor previsto para o 2º Trimestre de 2015.

#### **2 - SUBSÍDIOS À EXPLORAÇÃO**

Em meados de maio foram iniciadas duas medidas CEI+, com o apoio do IEPF. O valor registado nesta rubrica corresponde ao apoio a receber desde o início das medidas até final de junho. Não estava previsto no orçamento.

#### **3 - FORNECIMENTOS E SERVIÇOS EXTERNOS**

O valor realizado no 2º trimestre de 2015 é idêntico ao valor previsto do orçamento nesta rubrica.

#### **4 - GASTOS COM O PESSOAL**

O valor realizado é superior ao valor previsto para o 2º Trimestre de 2015, conforme explicação plasmada na nota 20 do ponto 5.2.1.

#### **5 - OUTROS RENDIMENTOS E GANHOS**

O valor realizado é superior em 34,76% ao valor previsto para o 2º Trimestre de 2015, decorrente da indemnização de uma seguradora referente a um sinistro já referida no 1º trimestre e outra recebida este trimestre, situações que não estavam previstas no orçamento e que somam a quantia de 1.022,00 euros. O restante valor de 3.936,85 euros é referente às penalizações por atraso de pagamento de rendas que é idêntico ao previsto.

#### **6 - OUTROS GASTOS E PERDAS**

O valor realizado é inferior em 66,71% ao valor previsto para o 2º Trimestre de 2015, pois no orçamento estava previsto o pagamento de 30.000,00 € de imposto de selo dos contratos tripartidos que ainda não ocorreu, por ter sido feito um pedido de Informação Vinculativa à Autoridade Tributária para esclarecimento do valor a pagar e da sua obrigatoriedade, do qual ainda não se obteve resposta.

Está contabilizada uma perda contabilística na alienação de um imóvel da empresa, sito no Bairro da Leirosa, por um valor inferior ao valor líquido contabilístico. Esta venda com menos-valias estava prevista no orçamento de 2015 mas não para os 1º e 2º trimestres.

A menos valia fiscal será determinada apenas no final do ano, após a publicação da portaria que atualiza os coeficientes de desvalorização da moeda a aplicar aos bens e direitos alienados durante o ano de 2015.

#### **7 - GASTOS/REVERSÕES DE DEPRECIAÇÃO E DE AMORTIZAÇÃO**

O valor realizado é 1,63% inferior ao valor previsto. Isto deve-se à venda de uma habitação do património da Figueira Domus, E.M., sita na rua Eng.º Aguiar de Carvalho, n.º55, que deixou de ser depreciada.

#### **8- JUROS E GASTOS SIMILARES SUPOSTOS**

Esta rubrica reflete a seguinte divisão:

- i) Um valor de 3.105,37 Euros de juros relativos a operações de financiamento que vencem em período posterior ao trimestre em causa, mas que pelo princípio da especialização, são imputados no segundo trimestre na proporção do número de meses em análise. Este valor é substancialmente inferior ao trimestre anterior, porque os juros inerentes eram de operações de financiamento de curto prazo do Empreendimento de Brenha e do Empreendimento do Hospital, que foram totalmente amortizados no âmbito do processo de reestruturação da

O TDC  
NSF



divida com a CGD e que por esta razão deixaram de produzir efeitos de obrigação de pagamento dos respetivos juros;

- ii) Um valor de 49.884,76 Euros de juros referentes a operações de financiamento que venceram no primeiro e segundo trimestres;
- iii) Um valor de 419,82 Euros de juros de operações de Leasing;
- iv) Um valor de 66.201,23 Euros de comissões e imposto de selo das operações de financiamento. Este valor é elevado pois estão aqui incluídas todas as comissões e imposto de selo sobre capital e sobre juros decorrentes da regularização de todas as prestações em atraso de todos os empréstimos. No primeiro trimestre este valor foi de 10.056,99 Euros.
- v) Um valor 149.176,10 Euros de juros de mora referentes à regularização de todas as prestações em atraso de todos os empréstimos, devido à operação de reestruturação da divida com a CGD, escriturada no dia 26/06/2015. Estão incluídos neste valor os juros de mora das várias operações, incluindo especificamente a amortização da totalidade do capital do empréstimo de curto prazo do Bairro de Brenha pelo que este valor é especialmente elevado. A CGD aplica o critério de imputação de juros de mora sobre os montantes da amortização de capital sobre o período em mora considerado desde o fim dos efeitos da data da última prorrogação de prazo, que neste caso, findou a 02/01/2014.
- vi) Importa, também, relevar que fruto do processo de renegociação da divida com a CGD, esta efetuou, como se verifica nos extratos oficiais do banco, um perdão de juros de mora no total de 124.899,45 euros, advindos das seguintes operações:
  - a. Montante de juros perdoados da operação do Empreendimento de Brenha – 97.108,64 euros;
  - b. Montante de juros perdoados da operação do Empreendimento do Bairro do Hospital – 27.790,81 euros.

o TDC  
NSH



## 5.2. DETALHE DAS RUBRICAS DE GASTOS E RENDIMENTOS

Segue-se o detalhe das rubricas de gastos e rendimentos, com a explicação dos desvios ocorridos na execução orçamental do 2º Trimestre de 2015.

Inclui também para comparação o detalhe do realizado no 2º trimestre homólogo:

Gastos	Notas	Realizado no 2º Trim/15	Previsto no 2º Trim/15	Desvio p2ºt.15 para r2ºt.15	Realizado no 2º Trim/14	Desvio r2ºt.14 para r2ºt.15
<b>62 - Fornecimentos e serviços externos</b>						
Subcontratos						
Serviços especializados						
- Trabalhos especializados	1	6.217,07 €	15.842,19 €	-60,76%	15.842,19 €	-60,76%
- Vigilância e segurança	2	111,19 €	366,93 €	-69,70%	366,93 €	-69,70%
- Honorários	3	7.554,00 €	8.697,64 €	-13,15%	8.697,64 €	-13,15%
- Conservação e reparação	4	52.952,51 €	30.508,63 €	73,57%	30.508,63 €	73,57%
- Serviços Bancários	5	144,82 €	204,87 €	-29,31%	204,87 €	-29,31%
- Outros	6	2.134,52 €	1.085,23 €	96,69%	1.085,23 €	96,69%
Material						
- Ferramentas e utensílios	7	499,40 €	1.591,05 €	-68,61%	1.591,05 €	-68,61%
- Livros e Documentação Técnica	8	90,92 €	30,39 €	199,18%	30,39 €	199,18%
- Material de Escritório	9	1.213,14 €	4.113,84 €	-70,51%	4.113,84 €	-70,51%
Energia e fluidos						
- Eletricidade	10	1.576,76 €	3.050,45 €	-48,31%	3.050,45 €	-48,31%
- Combustíveis	11	2.020,64 €	2.908,30 €	-30,52%	2.908,30 €	-30,52%
- Água	12	839,85 €	1.087,65 €	-22,78%	1.087,65 €	-22,78%
- Gás	13	13,70 €	0,00 €	-	0,00 €	-
Deslocações, estadas e transporte						
- Deslocações e estadas	14	2.249,16 €	2.637,45 €	-14,72%	2.637,45 €	-14,72%
Serviços diversos						
- Comunicação	15	2.459,78 €	3.884,80 €	-36,68%	3.884,80 €	-36,68%
- Seguros	16	9.475,64 €	9.601,32 €	-1,31%	9.601,32 €	-1,31%
- Contencioso e notariado	17	4.607,29 €	6.000,00 €	-23,21%	6.778,05 €	-32,03%
- Despesas de Representação		0,00 €	164,45 €	-100,00%	164,45 €	-100,00%
- Limpeza, higiene e conforto	18	2.587,21 €	451,25 €	473,34%	451,25 €	473,34%
- Outros Serviços	19	3.402,58 €	8.067,72 €	-57,82%	8.067,72 €	-57,82%
<b>Total Conta 62</b>		<b>100.150,18 €</b>	<b>100.294,16 €</b>	<b>-0,14%</b>	<b>101.072,21 €</b>	<b>-0,91%</b>
<b>63 - Gastos com o pessoal</b>						
Remunerações dos órgãos sociais	20	20.877,03 €	22.311,10 €	-6,43%	19.689,59 €	6,03%
Remunerações do pessoal	20	102.512,47 €	97.560,12 €	5,08%	84.002,48 €	22,04%
Encargos s/ remunerações	20	28.272,05 €	27.750,26 €	1,88%	26.621,46 €	6,20%
Seguros de acidentes no trabalho e doenças profissionais	20	1.962,58 €	1.615,10 €	21,51%	1.753,78 €	11,91%
Gastos de Ação social	20	6.832,00 €	6.379,38 €	7,10%	6.362,30 €	7,38%
Outros gastos com o pessoal	20	5.115,98 €	2.963,80 €	72,62%	3.522,64 €	45,23%
<b>Total Conta 63</b>		<b>165.572,11 €</b>	<b>158.579,76 €</b>	<b>4,41%</b>	<b>141.952,25 €</b>	<b>16,64%</b>

O TOC  
NS





Gastos (continuação)	Notas	Realizado no 2º Trim/15	Previsto no 2º Trim/15	Desvio p2ºt.15 para r2ºt.15	Realizado no 2º Trim/14	Desvio r2ºt.14 para r2ºt.15
<b>64 - Gastos de depreciação e de amortização</b>						
Ativos fixos tangíveis	21	143.060,70 €	145.427,94 €	-1,63%	145.427,94 €	-1,63%
<b>Total Conta 64</b>		<b>143.060,70 €</b>	<b>145.427,94 €</b>	<b>-1,63%</b>	<b>145.427,94 €</b>	<b>-1,63%</b>
<b>651 - Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)</b>						
Perdas por imparidade - Em dívidas a receber		0,00 €	0,00 €	-	0,00 €	-
<b>Total Conta 651</b>		<b>0,00 €</b>	<b>0,00 €</b>	<b>-</b>	<b>0,00 €</b>	<b>-</b>
<b>67 - Provisões do período</b>						
Processos Judiciais em Curso		0,00 €	0,00 €	-	0,00 €	-
<b>Total Conta 67</b>		<b>0,00 €</b>	<b>0,00 €</b>	<b>-</b>	<b>0,00 €</b>	<b>-</b>
<b>658 - Imparidade de ativos não depreciables/amortizáveis (perdas/reversões)</b>						
Perdas por imparidade - Em ativos não correntes detidos para venda		0,00 €	0,00 €	-	0,00 €	-
<b>Total Conta 658</b>		<b>0,00 €</b>	<b>0,00 €</b>	<b>-</b>	<b>0,00 €</b>	<b>-</b>
<b>68 - Outros gastos e perdas</b>						
Impostos	22	1.079,30 €	30.785,84 €	-96,49%	0,00 €	-
Dívidas incobráveis		0,00 €	0,00 €	-	860,91 €	-
Gastos e perdas em Investimentos não Financeiros						
- Alienações	23	9.134,72 €	0,00 €	-	0,00 €	-
Outros						
- Correções períodos anteriores e outros		35,69 €	0,00 €	-	0,00 €	-
- Quotizações		0,00 €	0,00 €	-	0,00 €	-
- Outros não especificados		0,00 €	0,00 €	-	0,00 €	-
<b>Total Conta 68</b>		<b>10.249,71 €</b>	<b>30.785,84 €</b>	<b>-66,71%</b>	<b>860,91 €</b>	<b>-</b>
<b>69 - Gastos e perdas de financiamento</b>						
Juros suportados						
- Juros de financiamentos obtidos		195.332,20 €	217.496,76 €	-10,19%	208.230,27 €	-6,19%
- Outros juros (Leasing+ c. cessão de créditos +c. ordem +outros)		7.253,85 €	7.411,86 €	-2,13%	13.049,96 €	-44,41%
Outros gastos e perdas de financiamento						
- Relativos a financiamentos obtidos		66.201,23 €	24.265,24 €	172,82%	26.607,70 €	148,80%
<b>Total Conta 69</b>		<b>268.787,28 €</b>	<b>249.173,86 €</b>	<b>7,87%</b>	<b>247.887,93 €</b>	<b>8,43%</b>
<b>TOTAL DOS GASTOS</b>		<b>687.819,98 €</b>	<b>684.261,56 €</b>	<b>0,52%</b>	<b>637.201,24 €</b>	<b>7,94%</b>

O TOC  
NSB





Rendimentos	Notas	Realizado no 2º Trim/15	Previsto no 2º Trim/15	Desvio p2ºt.15 para r2ºt.15	Realizado no 2º Trim/14	Desvio r2ºt.14 para r2ºt.15
<b>71 - Vendas</b>						
Produtos Acabados e Intermédios		0,00 €	0,00 €	-	0,00 €	-
<b>Total Conta 71</b>		<b>0,00 €</b>	<b>0,00 €</b>	<b>-</b>	<b>0,00 €</b>	<b>-</b>
<b>72 - Prestações de Serviços</b>						
Rendas (beneficiário de habitação social)	24	109.456,01 €	112.434,60 €	-2,65%	109.796,30 €	-0,31%
Rendas (subsídio ao beneficiário de habitação social)		791.957,89 €	799.230,30 €	-0,91%	801.069,54 €	-1,14%
Condomínio	24	5.215,13 €	5.798,58 €	-10,06%	5.270,33 €	-1,05%
Serviços Secundários		2.474,92 €	2.556,30 €	-3,18%	2.653,86 €	-6,74%
<b>Total Conta 72</b>		<b>909.103,95 €</b>	<b>920.019,78 €</b>	<b>-1,19%</b>	<b>918.790,03 €</b>	<b>-1,05%</b>
<b>73 - Variações nos Inventários da Produção</b>						
Produtos Acabados e Intermédios		0,00 €	0,00 €	-	0,00 €	-
<b>Total Conta 73</b>		<b>0,00 €</b>	<b>0,00 €</b>	<b>-</b>	<b>0,00 €</b>	<b>-</b>
<b>75 - Subsídios à exploração</b>						
Subsídios do estado e outros entes públicos	25	1.006,14 €	0,00 €	-	3.466,10 €	-70,97%
<b>Total Conta 75</b>		<b>1.006,14 €</b>	<b>0,00 €</b>	<b>-</b>	<b>3.466,10 €</b>	<b>-70,97%</b>
<b>76 - Reversões</b>						
De perdas por imparidade		0,00 €	0,00 €	-	0,00 €	-
<b>Total Conta 76</b>		<b>0,00 €</b>	<b>0,00 €</b>	<b>-</b>	<b>0,00 €</b>	<b>-</b>
<b>78 - Outros rendimentos e ganhos</b>						
Rendimentos e ganhos em investimentos não financeiros						
- Alienações		0,00 €	0,00 €	-	0,00 €	-
- Sinistros	26	1.022,00 €	0,00 €	-	0,00 €	-
- Outros	27	3.936,85 €	3.679,88 €	6,98%	3.679,88 €	6,98%
<b>Total Conta 78</b>		<b>4.958,85 €</b>	<b>3.679,88 €</b>	<b>34,76%</b>	<b>3.679,88 €</b>	<b>34,76%</b>
<b>79 - Juros, dividendos e outros rendimentos similares</b>						
Juros obtidos						
- De depósitos		0,00 €	0,00 €	-	0,00 €	-
Outros rendimentos similares		0,00 €	0,00 €	-	0,00 €	-
<b>Total Conta 79</b>		<b>0,00 €</b>	<b>0,00 €</b>	<b>-</b>	<b>0,00 €</b>	<b>-</b>
<b>TOTAL DOS RENDIMENTOS</b>		<b>915.068,94 €</b>	<b>923.699,66 €</b>	<b>-0,93%</b>	<b>925.936,01 €</b>	<b>-1,17%</b>



### **5.2.1. NOTAS DO DETALHE DAS RUBRICAS DE GASTOS E RENDIMENTOS**

#### **1 - TRABALHOS ESPECIALIZADOS**

Nesta rubrica o valor realizado é inferior ao valor previsto para o 2º Trimestre de 2015, porquanto passou-se o serviço de manutenção dos espaços verdes como 'conservação e reparação'.

#### **2 - VIGILÂNCIA E SEGURANÇA**

Nesta rubrica o valor realizado é inferior ao valor previsto para o 2º Trimestre de 2015, porquanto não dispondo de informação divergente, a previsão orçamental para o ano de 2015 foi feita com base na real execução orçamental do ano de 2014 e no período em análise, a empresa reduziu os custos nesta rubrica.

#### **3 - HONORÁRIOS**

Nesta rubrica o valor realizado é inferior ao valor previsto para o 2º Trimestre de 2015 porquanto não dispondo de informação divergente, a previsão orçamental para o ano de 2015 foi feita com base na real execução orçamental do ano de 2014 e no período em análise, a empresa reduziu os custos nesta rubrica.

#### **4 - CONSERVAÇÃO E REPARAÇÃO**

A rubrica de Conservação e Reparação teve uma execução superior ao orçamento pelas razões infra descritas:

- O serviço de manutenção dos espaços verdes deixou de ser contabilizado na rubrica de "Trabalhos Especializados" para ser contabilizado na rubrica de "Conservação e Reparação", o que perfaz um montante de 10.528,80 euros;
- O restante valor de 42.423,71 euros foram executados em operações de conservação e reparação adstritas ao plano de necessidades de manutenção e conservação dos fogos da Figueira Domus, E.M. Um montante marginal refere-se às necessidades correntes de manutenção e conservação das viaturas da Figueira Domus, EM..

#### **5 - SERVIÇOS BANCÁRIOS**

Nesta rubrica o valor realizado é inferior ao valor previsto para o 2º Trimestre de 2015 porquanto não dispondo de informação divergente, a previsão orçamental para o ano de 2015 foi feita com base na real execução orçamental do ano de 2014 e no período em análise, a empresa reduziu os custos nesta rubrica.

#### **6 - OUTROS**

Nesta rubrica o valor realizado é superior ao valor previsto para o 2º Trimestre de 2015, devido a ter sido necessário a obtenção de várias certidões prediais da Conservatória referentes aos imóveis de Fonte Nova-Brenha para enviar para a C.G.D. para suporte documental ao processo de reestruturação das operações de financiamento.

#### **7 - FERRAMENTAS E UTENSÍLIOS**

Nesta rubrica o valor realizado é inferior ao valor previsto para o 2º Trimestre de 2015 porquanto não dispondo de informação divergente, a previsão orçamental para o ano de 2015 foi feita com base na real execução orçamental do ano de 2014 e no período em análise, a empresa reduziu os custos nesta rubrica.

O TOL  
NSH

#### **8 - LIVROS E DOCUMENTAÇÃO TÉCNICA**

Nesta rubrica o valor realizado é superior ao valor previsto para o 2º Trimestre de 2015, porque se adquiriu documentação técnica de suporte para os serviços, que não estava prevista, devido à recente legislação regulamentar do setor em concreto e dos procedimentos de Direito Administrativo e Contratação Pública em geral.

#### **9 - MATERIAL DE ESCRITÓRIO**

Nesta rubrica o valor realizado é inferior ao valor previsto para o 2º Trimestre de 2015 porquanto não dispondo de informação divergente, a previsão orçamental para o ano de 2015 foi feita com base na real execução orçamental do ano de 2014 e no período em análise, a empresa reduziu os custos nesta rubrica.

#### **10 - ELETRICIDADE**

Com a mudança para a nova sede, o acordo que existe com as Águas da Figueira, S.A. é esta entidade suportar a eletricidade gasta pela Figueira Domus, EM, o que explica a diferença existente entre o valor previsto e o realizado.

#### **11 - COMBUSTÍVEIS**

O valor gasto em gasóleo e gasolina é inferior ao previsto devido à diminuição verificada do número de quilómetros e marginalmente devido à diminuição dos preços entre o 2º trimestre de 2014 e o 2º trimestre de 2015.

#### **12 - ÁGUA**

Com a mudança para a nova sede, o acordo que existe com as Águas da Figueira, S.A. é esta entidade suportar a água gasta na sede pela Figueira Domus, E.M., o que explica a diferença existente entre o valor previsto e o realizado.

#### **13 - GÁS**

Os gastos com esta rubrica não estavam previstos no orçamento e referem-se ao contrato de fornecimento de gás à Residência Hospitalar do bairro do Hospital.

#### **14 - DESLOCAÇÕES E ESTADAS**

Esta despesa refere-se às deslocações a ações de formação (portagens, estadias, etc.) e também ao pagamento de kms por utilização de viaturas próprias nessas deslocações, sendo que, ao contrário do sucedido no 1º trimestre, é um valor inferior ao previsto pois no 2º trimestre ocorreram muito menos deslocações do que no 2º trimestre do ano transato.

#### **15 - COMUNICAÇÃO**

Nesta rubrica o valor realizado é inferior ao valor previsto para o 2º Trimestre de 2015 porquanto não dispondo de informação divergente, a previsão orçamental para o ano de 2015 foi feita com base na real execução orçamental do ano de 2014 e no período em análise, a empresa reduziu os custos nesta rubrica.

#### **16 - SEGUROS**

Nesta rubrica o valor realizado é idêntico ao valor previsto para o 2º Trimestre de 2015.

#### **17 - CONTENCIOSO E NOTARIADO**

Nesta rubrica o valor realizado é inferior ao valor previsto para o 2º Trimestre de 2015 porquanto não dispondo de informação divergente, a previsão orçamental para o ano de 2015 foi feita com base na real execução orçamental do ano de 2014 e no período em análise, a empresa reduziu os custos nesta rubrica.



## 18 – LIMPEZA, HIGIENE E CONFORTO

Com a mudança para a nova sede, o acordo que existe com as Aguas da Figueira, S.A. é ser a Figueira Domus, EM a suportar a despesa com a limpeza dos espaços comuns do edifício. Este gasto e as despesas de limpeza do espaço inerente à Figueira Domus, EM explicam a diferença existente entre o valor previsto e o realizado.

## 19 - OUTROS SERVIÇOS

O valor realizado é inferior ao valor previsto para o 2º Trimestre de 2015 pois, ao contrário do ocorrido no período homólogo, não foram cobradas à Figueira Domus e aos outros condóminos quotas extras de condomínio para fazer face a obras urgentes.

## 20 - GASTOS COM O PESSOAL

O valor realizado é superior ao valor previsto para o 2º Trimestre de 2015.

Na sub-rubrica Remunerações dos órgãos sociais, o valor é inferior ao previsto pela diminuição do valor pago em senhas de presença das reuniões do Conselho de Administração, visto que o Presidente do Conselho de Administração, pelo facto de ser eleito local, não tem direito à remuneração destas senhas.

Nas sub-rubricas Remunerações do pessoal e Encargos sobre remunerações, o valor executado é superior ao previsto, porquanto algumas variáveis da metodologia de cálculo disponíveis à data e usadas em sede orçamental diferem do real executado, conforme *infra* descrito:

O cálculo orçamental nesta rubrica foi elaborado com base no real executado até 30/09/2014, fazendo assim, na ausência de divergente informação, uma extrapolação para o cálculo do valor anual com base nos nove meses conhecidos de 2014 – valor este que serviu de base orçamental para 2015. Para este efeito usou-se a seguinte fórmula: [realizado a 30/09 : 9 x 12]. Verificou-se, agora, que durante o ano de 2014 ocorreram várias alterações nas taxas de redução dos vencimentos, com maiores taxas no início do ano e que foram reduzidas no ultimo trimestre (precisamente o trimestre que pelas normais condições temporais não entrou no calculo previsional), não tendo sido possível reproduzir esta alteração na estimativa orçamental de “Gastos com pessoal” à data de 31/12/2014 e assim reproduzir a mesma no valor orçamentado para 2015. Fazendo o exercício de aplicação da mesma metodologia de cálculo, ou seja, usando as mesmas premissas, mas com os valores totais realizados de 2014 e não apenas dos 9 meses disponíveis à data de realização do orçamento, a previsão para 2015 coincidiria com o real executado em 2015, o que prova que a metodologia de cálculo está certa quando as variáveis conhecidas se mantêm.

Também contribuiu para esta maior execução o gasto suportado com as duas Medidas CEI+ que iniciaram em maio e que vão ter a duração de um ano.

Na sub-rubrica Seguros de acidentes no trabalho e doenças profissionais, o valor é superior ao previsto, pois no 1º trimestre foi enviado pela Companhia de Seguro um acerto no valor baseado nas folhas de férias e foram feitos dois novos seguros em maio para as Medidas CEI+.

Na sub-rubrica Gastos de Ação Social o valor realizado é superior ao valor previsto para o 2º Trimestre de 2015, devido às duas Medidas CEI+.

Na sub-rubrica Outros Gastos com o Pessoal o valor realizado é superior ao valor previsto para o 2º Trimestre de 2015, pois o valor gasto em Formação dos trabalhadores da empresa foi superior ao previsto e a empresa passou a suportar, ainda que com efeito diminuto, o subsídio de transporte numa das Medidas CEI+.

## 21 - GASTOS DE DEPRECIAÇÃO E DE AMORTIZAÇÃO

O valor realizado é 1,63% inferior ao valor previsto. Isto deve-se à venda de uma habitação do património da Figueira Domus, E.M., sita na rua Eng.º Aguiar de Carvalho, n.º55, que deixou de ser depreciada.





## **22 - IMPOSTOS**

O valor realizado é 96,49% inferior ao valor previsto, devido a estar previsto no orçamento o pagamento de 30.000,00 euros de imposto de selo dos contratos tripartidos que ainda não ocorreu, por ter sido feito um pedido de Informação Vinculativa à Autoridade Tributária para esclarecimento do valor a pagar e da sua obrigatoriedade, do qual ainda não se obteve resposta.

## **23 - ALIENAÇÕES**

O valor realizado é superior ao valor previsto para o 2º Trimestre de 2015, pois está contabilizada uma perda contabilística na alienação de um imóvel da empresa, sito no Bairro da Leirosa, por um valor inferior ao valor líquido contabilístico. Esta venda com menos-valias estava prevista no orçamento de 2015 mas não para os 1º e 2º trimestres.

A menos valia fiscal será determinada apenas no final do ano, após a publicação da portaria que atualiza os coeficientes de desvalorização da moeda a aplicar aos bens e direitos alienados durante o ano de 2015.

## **24 – Rendas (Beneficiário de Habitação Social); Condomínio**

O valor realizado nestas duas rubricas é inferior ao valor previsto para o segundo trimestre de 2015 porque existe uma menor execução das rendas emitidas a pagar pelos Beneficiários de Habitação Social, oriunda da diminuição dos rendimentos devido aos problemas económicos e sociais. Como o valor do condomínio a pagar está indexado a 5% do valor da renda a pagar, consequentemente este valor sofreu uma diminuição face ao valor previsto.

## **25 - SUBSÍDIOS DO ESTADO E OUTROS ENTES PÚBLICOS**

Em meados de maio foram iniciadas duas medidas CEI+, com o apoio do IEFP. O valor registado nesta rubrica corresponde ao apoio a receber desde o início das medidas até final de junho. Não estava previsto no orçamento.

## **26 - SINISTROS**

Neste período receberam-se duas indemnizações de seguradoras referentes a sinistros, situação que não estava prevista no orçamento.

## **27- OUTROS**

Valor referente ao recebimento de penalizações por atraso de pagamento de rendas que é um pouco superior ao previsto.

O TDC  
NSant



**6. PARECER DO FISCAL DO ÚNICO**





**Sebastião & Santos - S R O C**  
**Sociedade de Revisores Oficiais de Contas**  
Inscrita na Ordem dos Revisores Oficiais de Contas com o n.º 117  
Pessoa Colectiva 503.095.702

Sede: Praceta Raúl Proença, N.º 3 - 4.º Dt.º - Damaia de Cima  
2 720 - 004 Amadora  
Telefones + 351 214 908 041 / 214 908 042 / 214 971 789  
Telefax + 351 214 903 040  
email [sebastiao@sebastiao-santos.pt](mailto:sebastiao@sebastiao-santos.pt)  
[www.sebastiao-santos.pt](http://www.sebastiao-santos.pt)

## Relatório e Parecer do Fiscal único

1. Procedemos, para efeitos do disposto na alínea j) do número 6, do artigo 25.º da Lei n.º 50/2012 de 31/08, a uma revisão das demonstrações financeiras intercalares da **FIGUEIRA DOMUS—Empresa Municipal de Gestão de Habitação da Figueira da Foz, E.M.**, as quais compreendem o relatório de execução orçamental relativo ao segundo trimestre de 2015, que inclui o mapa de execução orçamental, que releva um resultado líquido de 176.117,94 €, e informação adicional sobre a situação económica e financeira da empresa, documentos estes que foram preparados a partir dos livros, registos contabilísticos e documentos de suporte mantidos em conformidade com os preceitos legais.
2. A elaboração destas demonstrações financeiras e da informação adicional é da responsabilidade do Conselho de Administração da **FIGUEIRA DOMUS, E.M.** A nossa responsabilidade é a de dar um parecer com base na nossa revisão, sobre estas demonstrações financeiras e informação adicional.
3. A nossa revisão foi efectuada de acordo com as Normas e as Recomendações Técnicas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, as quais exigem que seja planeada e realizada uma revisão de forma a que se obtenha uma garantia razoável de que as demonstrações financeiras não contêm distorções de materialidade relevante. Uma revisão inclui, na base de amostragem, a verificação das evidências que suportam as quantias e informação divulgadas nas demonstrações financeiras, a avaliação das estimativas e julgamentos da Administração, na elaboração e apresentação das demonstrações financeiras. Inclui igualmente a verificação de as políticas contabilísticas serem adequadas, tendo em conta as circunstâncias, e haverem sido consistentemente aplicadas e apropriadamente divulgadas, de ser válido o princípio da continuidade das operações, e de ser adequada a apresentação das demonstrações financeiras. Com base no trabalho efectuado entendemos que o mesmo proporciona uma base razoável para a emissão do nosso parecer.
4. É nosso parecer que as citadas demonstrações financeiras mencionadas e a informação financeira adicional apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspectos materialmente relevantes, a posição financeira da **FIGUEIRA DOMUS—Empresa Municipal de Gestão de Habitação da Figueira da Foz, E.M.** em 30/06/2015 bem como os resultados das suas operações no período findo naquela data, em conformidade com os princípios contabilísticos geralmente aceites.

Damaia de Cima, 29 de Julho de 2015

**Sebastião & Santos - SROC**  
**Sociedade de Revisores Oficiais de Contas**

Representada pelo Sócio Responsável,  
Sebastião António Pires Carriço